

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO**

CRISTIAN JESUS DA SILVA

**PARTIDOS NACIONALIZADOS SÃO MAIS DISCIPLINADOS? O caso do Brasil.**

Brasília  
2023

CRISTIAN JESUS DA SILVA

PARTIDOS NACIONALIZADOS SÃO MAIS DISCIPLINADOS? O caso do Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Ciência Política na Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Borges

Brasília  
2023

CRISTIAN JESUS DA SILVA

PARTIDOS NACIONALIZADOS SÃO MAIS DISCIPLINADOS? O caso do Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Ciência Política na Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. André Borges Carvalho

---

Membro: Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro

---

Membro: Prof. Dr. Frederico Bertholini Santos Rodrigues

Brasília, de maio de 2023.

## AGRADECIMENTOS

À Lígia, meu eterno presente, pela parceria em todos os momentos deste trabalho. Sua força apaixonante e sua compaixão foram fundamentais para a conclusão desse desafio.

Ao Cauê e à Vivi, pelas reflexões do futuro e pela paciência cotidiana de escutar o silêncio das palavras escritas (e não ditas). Construir essa dissertação não seria possível sem a leveza do sorriso de vocês.

Ao seu Mané Motor, à Dona Nina, ao Cesinha e à Tina, pelos ensinamentos derradeiros e pelas memórias de um passado perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito. Vocês foram marcantes em cada uma das fases desse trabalho.

A vocês, meu muito obrigado! Por tudo!

Ao professor André Borges, orientador paciente e dedicado; por gostar do que faz; por fazê-lo bem; pela simplicidade de ensinar a caminhar entre os caminhos possíveis. Sou testemunha que sua honestidade e competência intelectual não são marcas apenas da sua produção acadêmica, mas da maneira como ensina, orienta e conduz o pensamento. Muito obrigado por me levar a este momento.

## RESUMO

Este trabalho investiga os efeitos da nacionalização partidária sobre o comportamento legislativo dos partidos em sistemas presidenciais. A literatura acredita que o nível de nacionalização tem efeito importante sobre alguns fatores da política, como o comportamento legislativo, a escolha de políticas públicas e a relação entre o governo e a coalizão presidencial. Alguns trabalhos chamam atenção para a importância de se compreender a dimensão vertical da nacionalização, especialmente em sistemas multiníveis, onde a esfera regional da política cumpre um papel importante na dinâmica dos sistemas presidenciais na região e possibilita um leque variado de estratégias partidárias na competição eleitoral. O objetivo deste estudo é analisar se estratégias nacionalizadas, com alto nível de integração vertical entre os ramos partidários, resultam em altos níveis de disciplina do comportamento partidário. A análise do caso brasileiro permite compreender essa relação causal em um sistema político descentralizado, onde as instituições eleitorais provocam incentivos incongruentes nas estratégias partidárias.

**Palavras-chave:** nacionalização partidária; comportamento legislativo; disciplina partidária; presidencialismo de coalizão; sistema multinível.

## ABSTRACT

This paper investigates the effects of party nationalization on the legislative behavior of parties in presidential systems. The literature believes that the level of nationalization has an important effect on some policy factors, such as legislative behavior, the choice of public policies, and the relationship between the government and the presidential coalition. Some works draw attention to the importance of understanding the vertical dimension of nationalization, especially in multilevel systems, where the regional sphere of politics plays an important role in the dynamics of presidential systems in the region and enables a wide range of party strategies in electoral competition. This study aims to analyze whether nationalized strategies, with a high level of vertical integration between party branches, resulting in high levels of discipline in party behavior. The analysis of the Brazilian case allows us to understand this causal relationship in a decentralized political system, where electoral institutions provoke incongruent incentives in party strategies.

**Keywords:** party nationalization; legislative behavior; party discipline; coalition presidentialism; multilevel system.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>1. NACIONALIZAÇÃO E DISCIPLINA PARTIDÁRIA</b>	<b>7</b>
1.1 NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA	8
1.2 A DIMENSÃO VERTICAL DA NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA	11
1.3 NACIONALIZAÇÃO E ESTRATÉGIA PARTIDÁRIA	13
1.4 NACIONALIZAÇÃO E DISCIPLINA: A CONEXÃO ELEITORAL	17
1.5 NACIONALIZAÇÃO E DISCIPLINA: A CONEXÃO PRESIDENCIAL	20
<b>2. O CASO BRASILEIRO</b>	<b>24</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>29</b>
3.1 SELEÇÃO DAS UNIDADES	31
3.2 CONJUNTO DE DADOS	32
3.3 NACIONALIZAÇÃO HORIZONTAL (VARIÁVEL INDEPENDENTE)	33
3.4 NACIONALIZAÇÃO VERTICAL (VARIÁVEL INDEPENDENTE)	34
3.5 DISCIPLINA PARTIDÁRIA (VARIÁVEL DEPENDENTE)	35
3.6 VARIÁVEIS DE CONTROLE	38
3.7 MODELO DE REGRESSÃO	40
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>42</b>
4.1 NACIONALIZAÇÃO VERTICAL E DISCIPLINA: REVISITANDO O MECANISMO CAUSAL	44
4.1.1 <i>A RELEVÂNCIA DA AGÊNCIA ESTRATÉGICA</i>	45
4.1.2 <i>A INTEGRAÇÃO VERTICAL NO CASO BRASILEIRO</i>	47
4.1.3 <i>A NATUREZA DOS VÍNCULOS PARTIDÁRIOS</i>	50
4.2 NACIONALIZAÇÃO HORIZONTAL: EM BUSCA DO ELO PERDIDO	54
4.3 O FATOR TEMPORAL	58
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

Partidos nacionalizados apresentam níveis mais altos de disciplina legislativa? Em sistemas multiníveis, a disputa política regional se relaciona com os padrões de nacionalização e disciplina dos partidos? As perguntas que nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa estão presentes, de forma direta ou indireta, na literatura sobre nacionalização partidária.

Estudos sugerem que o nível de nacionalização partidária na América Latina tem impacto sobre aspectos relevantes da política, como a disciplina legislativa, a definição de políticas públicas e o relacionamento entre os ramos executivo e legislativo (JONES e MAINWARING, 2003, p.144; SCHAKEL, 2012). Em termos teóricos, espera-se que um alto nível de nacionalização facilite a construção e manutenção de coalizões legislativas focadas em questões nacionais, enquanto um baixo nível de nacionalização incentive a predominância de interesses subnacionais na dinâmica coalicional (MORGENSTERN et al., 2009).

Apesar dessas expectativas teóricas, pouco foi empreendido para relacionar o processo de nacionalização dos partidos políticos com o seu comportamento legislativo, notadamente que tange à disciplina partidária em sistemas presidencialistas.

A literatura sobre nacionalização acabou direcionando seu foco para conceituar e dimensionar nacionalização partidária a partir dos seus fatores eleitorais (CALVO e LEIRAS, 2012, p.4), especialmente pela observação dos padrões de distribuição dos votos nos diversos territórios (distritos) em relação ao padrão nacional (SCHAKEL, 2012; MORGENSTEM et al., 2009). Isto é, nacionalização partidária foi comumente analisada como uma variável dependente, e não como uma variável independente do comportamento partidário.

O aprofundamento mais recente desse debate tem apontado a integração vertical (nacional-regional) como um elemento necessário para se compreender a existência de diferentes processos de nacionalização partidária em sistemas multiníveis descentralizados, onde fatores regionais e as estratégias partidárias cumprem um papel importante (DESCHOUWER, 2003; BORGES et al, 2017; CALVO e LEIRAS, 2012; CLERICI, 2020).

Do outro lado, pode se dizer que a literatura que analisa o comportamento legislativo na região latino-americana também não investigou a relação causal entre disciplina e nacionalização partidária, centrando seus esforços em duas grandes linhas de investigação.

Uma parte dessa literatura foi muito influenciada pela observação dos efeitos dos arranjos institucionais e da dinâmica local-nacional na disputa política. (CHAISTY et. al, 2014; MAINWARING, 1993; MAINWARING E SCULLY, 1995; SHUGART e CAREY, 1992;



AMES, 1987). Outra parte observou a dinâmica legislativa a partir da formação dos governos de coalizão, indicando que o uso dessa estratégia presidencial é bastante comum e obtém níveis de sucesso não muito distantes dos sistemas parlamentares (FIGUEIREDO et. al, 2012; CHASQUETTI, 2001; CHEIBUB, 2007; CHEIBUB et al., 2004).

Ainda que essas duas grandes vertentes da literatura tenham trilhado caminhos diferentes, sem incursões investigativas que pudessem estabelecer uma relação direta entre nacionalização e disciplina partidária, há elementos teóricos que permitem explorar os efeitos da nacionalização no comportamento legislativo, oferecendo um potencial explicativo a ser aproveitado.

Nesse sentido, o capítulo 1 deste trabalho mobiliza os referenciais teóricos que podem ser utilizados para subsidiar a investigação da relação causal. Nele é possível encontrar uma breve digressão teórica sobre fenômeno da nacionalização, as dimensões horizontal e vertical em que ele pode ser observado e a delimitação do conceito de nacionalização partidária que foi utilizado na pesquisa. Também são abordadas as possíveis conexões entre nacionalização e disciplina partidária, tanto pelos elementos teóricos provenientes da arena eleitoral, quanto por aqueles elementos da literatura que se relacionam com a dinâmica das coalizões presidenciais.

O capítulo 2 trata do estudo do caso brasileiro e das características que são relevantes para o aprofundamento do tema. A esfera regional da política no Brasil tem um peso muito grande sobre a competição eleitoral, o sistema partidário e o comportamento político, de maneira que a integração vertical entre os níveis nacional e regional é um aspecto saliente na realidade política brasileira. O país tem sido objeto de análise, tanto na literatura sobre nacionalização, quanto na literatura que investiga o comportamento legislativo, havendo uma extensa literatura a ser aproveitada para o estudo de caso.

No capítulo 3 é descrita a metodologia empregada na pesquisa. A abordagem no estudo do caso brasileiro mobilizou dois conjuntos de dados diferentes, sendo um oriundo da votação e das alianças partidárias na arena eleitoral e outro das votações nominais na arena legislativa. A unificação desses dois conjuntos em uma única base de dados foi estruturada na forma de um painel para estudos longitudinais (TSCS), onde há dados empilhados e correlacionados. Para lidar com essas características, foi utilizado um modelo de equação linear generalizada que possibilitou analisar o efeito médio da população analisada.

O capítulo 4 traz a análise dos dados e a discussão dos resultados observados. Os principais achados na relação causal entre nacionalização e disciplina são analisados de maneira

a aprofundar o debate teórico sobre a agência dos partidos, a integração vertical e os vínculos partidários criados a partir da arena eleitoral. Outros achados permitiram discutir o papel da dimensão horizontal da nacionalização, bem como o impacto de ideologia e do fator temporal sobre os padrões observados. Tudo isso subsidia uma resposta afirmativa à pergunta da pesquisa, qual seja, no caso brasileiro, os partidos nacionalizados são mais disciplinados.

Ao final, a pesquisa aponta que as dimensões horizontal e vertical da nacionalização podem ter diferentes reflexos sobre o comportamento legislativo, de maneira que elas não andam necessariamente juntas ou na mesma direção. As estratégias partidárias – estas sim – são importantes para compreender os padrões de nacionalização e disciplina partidárias.

## 1. NACIONALIZAÇÃO E DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Os processos de nacionalização representam uma evolução histórica em direção à formação de eleitorados e sistemas partidários nacionais. É um fenômeno de grande duração, observado ao longo dos últimos séculos, e marcado por uma progressiva transformação do perfil da organização e das instituições. Ele se refere à territorialização da política, isto é, às estruturas territoriais de participação eleitoral e de apoio aos partidos, bem como ao progressivo deslocamento do debate político para a esfera nacional. (CAMARANI, 2004, p.1)

Trata-se de um fenômeno com múltiplas dimensões no tempo e no espaço. O elemento espacial está no centro da própria ideia de nacionalização da política, abarcando a observação das estruturas territoriais de mobilização do eleitorado e de suporte aos partidos. O aspecto temporal, por outro lado, abrange a transformação do perfil da política e o deslocamento progressivo do debate político local para a esfera nacional.

O primeiro trabalho a oferecer um panorama macro desse fenômeno foi *The Semi-Sovereign People*, no qual Elmer Schattschneider (1960) analisou o processo de nacionalização da política nos Estados Unidos. Utilizando dados de eleições presidenciais entre 1896 e 1958, e considerando o contexto histórico de modernização da política norte-americana, o autor constatou que a progressiva nacionalização da política foi acompanhada de forte territorialização da presença dos dois maiores partidos.

Na interpretação de Schattschneider (1960), isso poderia ser explicado a partir dos incentivos institucionais que fomentaram a presença de organizações políticas de escala nacional (SCHATTSCHEIDER, 1960). Contrapondo os argumentos de Madison sobre os benefícios da fragmentação das facções no desenho institucional norte-americano (MADISON et. al., 1993), o autor sustenta que o partido foi a única organização capaz de promover o equilíbrio democrático defendido nos debates Federalistas e de integrar as diversas clivagens locais em padrões nacionais de debate e de disputa eleitoral (SCHATTSCHEIDER, 1960 e 1964).

Ainda em perspectiva macro, Daniele Caramani (2004) oferece uma leitura diferente sobre a nacionalização da política em 17 países na Europa ocidental. Usando informações históricas e dados eleitorais de 1815 a 1999, o autor constata que a nacionalização das estruturas políticas nessa região estava relacionada a um intenso processo de mudanças sociais ocasionadas pela industrialização e pela ampliação do sufrágio.

Na interpretação do autor, a explicação da progressiva mudança de perfil local para um perfil nacional teria um fundamento sociológico, ancorado no processo de formação das classes sociais e na hegemonia das clivagens direita e esquerda. O processo de modernização política, oriundo do contexto social, teria gerado incentivos para os partidos estabelecerem padrões mais centralizados de organização, de estratégia, de atuação e de mobilização do eleitorado (CARAMANI, 2004).

Tanto no trabalho precursor de Schattschneider, quanto na pesquisa de Caramani, há um esforço científico para se compreender os diversos aspectos envolvidos no fenômeno. No aspecto temporal, ambos identificam uma tendência progressiva, ao longo do tempo, de nacionalização do eleitorado e das instituições políticas nos países e períodos pesquisados.

No aspecto espacial, de certa forma, esses trabalhos buscam identificar o fator determinante que impulsionou o processo de territorialização da política. Schattschneider associa o fenômeno nos EUA aos incentivos institucionais fornecidos ao sistema partidário, enquanto Caramani justifica o fenômeno nos países europeus sob o prisma dos incentivos advindos do contexto social, especialmente no campo ideológico.

Outros estudos, como de Bochsler (2010), sugerem que os fatores determinantes dessa esfera espacial dependem tanto dos elementos contextuais, quanto institucionais. O autor identificou que as identidades étnicas presentes nos antigos países comunistas da Europa central e oriental era o fator explicativo mais importante para se compreender os diversos níveis de nacionalização da política na região, com exceção de alguns casos em que os incentivos institucionais eram suficientemente fortes para moldar e justificar os padrões observados.

Ou seja, há fatores próprios de cada país ou de cada região que podem explicar o processo histórico da nacionalização da política. Mas há um elemento comum que se comunica em todos eles – o papel dos partidos políticos como agentes desse processo. O elemento espacial da nacionalização da política é protagonizado pelos partidos, tendo em vista que eles são os atores que promovem a territorialização da disputa política e da mobilização do eleitorado em padrões nacionalizados (CARAMANI, 2004).

### **1.1 Nacionalização Partidária**

A obra seminal de Schattschneider provocou intenso debate teórico e metodológico sobre o tema da nacionalização. Parte da literatura subsequente chamou atenção para os diversos aspectos que se confundiam no seu trabalho, convergindo para distinguir e delimitar

um conceito próprio de nacionalização partidária, que se refere mais intimamente ao elemento espacial identificado por Schattschneider (1960), isto é, às estruturas territoriais de participação do eleitorado e de apoio aos partidos.

Para esse autor, a política é a amplificação de um conflito privado para a esfera social, no qual o público exerce um papel importante. A maneira pela qual o eleitorado participa na propagação desse conflito e, de outro lado, a forma pela qual a relação do eleitorado com o conflito é controlada, são os fatores fundamentais que compõem a ideia de conflito político (SCHATTSCHEIDER, 1960, p.1-3).

Essas premissas o levaram a afirmar que o aspecto mais relevante da política é a extensão territorial em que o conflito está situado, isto é, a escala - local ou nacional – em que o eleitorado é mobilizado a lidar com as questões conflituosas (*ibid*, p.4-10).

Segundo ele, a questão da escala é intrínseca a todos os conceitos de organização política (*ibid*, p.12), ressaltando que “os debates sobre federalismo, autonomia do governo local, centralização e descentralização são, na verdade, controvérsias sobre a escala do conflito” (*ibid*, p.11). Ao restringir o conflito à escala local, haveria o predomínio das clivagens locais e do monopólio de poder exercido por indivíduos e grupos de pressão. Ao expandir o conflito para a escala nacional, as clivagens seriam estrangidas por questões nacionais e isso favoreceria o exercício de poder dos partidos – única organização capaz de mobilizar o eleitorado nessa escala do conflito. (*ibid*, p.10-15 e 47-60).

Em sentido semelhante, Caramani (2004) argumenta que o espaço político é estruturado pela expansão ou constrição de mecanismos de participação no debate e na disputa política. Os partidos, agentes mediadores desse processo, estabelecem padrões (centralizados ou descentralizados) de organização, de estratégia e de mobilização do eleitorado como forma de dialogar com as clivagens (locais ou nacionais) que predominam no contexto social. (CARAMANI, 2004, p.15-32)

Dentro desse panorama teórico, nacionalização partidária tem sido tratada na literatura como um fenômeno relacionado à inserção e à presença dos partidos no território. Ela diz respeito à forma como os partidos mobilizam os eleitores, à maneira como obtêm o apoio nas votações e à própria competitividade do sistema partidário.

Clagget et. al (1984) e Kawato (1987) pontuam que o conceito de nacionalização partidária derivado das ideias de Schattschneider se refere à uniformidade do comportamento

do eleitorado em relação aos partidos. É um processo de homogeneização territorial das atitudes e do comportamento dos eleitores em face dos partidos (CARAMANI, 2004, p. 32).

Em sistemas multiníveis, a nacionalização partidária inclui uma dimensão horizontal, que se relaciona com a distribuição do apoio eleitoral do partido pelo território, assim como uma dimensão vertical, que se refere ao grau de congruência entre os sistemas partidários nacional e subnacional (BORGES et. al., 2017, p.650; RIBEIRO e BORGES, 2020, p.). A dimensão horizontal é um aspecto bastante explorado na literatura especializada, tendo em vista que ela compõe o elemento central de maior evidência no conceito de nacionalização partidária, qual seja, a inserção eleitoral do partido distribuída pelo território.

Com base em toda essa discussão, nacionalização partidária horizontal será entendida neste trabalho como a homogeneidade dos votos obtidos pelos partidos nos diferentes distritos em uma determinada eleição (JONES e MAINWARING, 2003), também referenciada como uma perspectiva estática da nacionalização partidária (MORGENSTEM et. al, 2009).

A literatura tem usado a eleição ao legislativo nacional como critério para se analisar a nacionalização partidária horizontal, tendo em vista que essa disputa reflete mais claramente o apoio eleitoral obtido pelos partidos e sua inserção no território. (BORGES, 2015, p.651; CLAGGETT et. al, 1984; STOKES, 1965).

É importante esclarecer que há uma perspectiva conceitual diferente em parte da literatura. Stokes (1965) defende que a homogeneidade territorial do apoio eleitoral aos partidos deveria se referir às variações entre eleições consecutivas, de maneira que, quanto mais homogêneas forem as variações do desempenho eleitoral do partido nos distritos, mais nacionalizado será o sistema partidário. Essa perspectiva conceitual, chamada posteriormente de nacionalização dinâmica, influenciou muitos trabalhos sobre o tema. (CARAMANI, 2004; BOCHSLER 2010a, MORGENSTERN et. al, 2009)

Apesar da relevância dessa perspectiva dinâmica para o debate teórico, Jones e Mainwaring (2003) argumentam que apenas a perspectiva estática poderia ser utilizada para conceituar a nacionalização dos partidos, tendo em vista que ela é a única que se refere à estrutura territorial do sistema partidário. A perspectiva dinâmica estaria se referindo mais ao fator temporal do fenômeno, isto é, à nacionalização das tendências eleitorais do sistema (JONES e MAINWARING, 2003, p.142).

Sendo assim, este trabalho utilizará o referencial teórico da nacionalização estática e considerará que um sistema partidário será nacionalizado quando os votos partidários obtidos

nos diversos distritos eleitorais tiverem um padrão similar ao que foi obtido em nível nacional (BORGES 2015; JONES e MAINWARING, 2003; MORGENSTEM et al., 2009).

Fundamentado em todo esse debate, e seguindo as expectativas da literatura sobre a relação entre nacionalização partidária e disciplina legislativa, a primeira hipótese apresentada é a seguinte:

*H1: Partidos com níveis mais altos de nacionalização horizontal apresentam níveis mais altos de disciplina partidária nas votações legislativas, enquanto partidos com níveis mais baixos de nacionalização horizontal apresentam níveis mais baixos de disciplina.*

## **1.2 A Dimensão Vertical da Nacionalização Partidária**

Para Caramani, a territorialização política ocorre ao longo de duas dimensões da nacionalização. Há um processo horizontal de homogeneização territorial de atitudes e de comportamentos que se refere à penetração e à padronização do apoio eleitoral dos partidos. Há também um processo vertical de deslocamento dos padrões de organização, lealdades e temas do nível local para o nível nacional – este é um processo de formação das estruturas políticas centrais, que também é produto da ação dos partidos. (CARAMANI, 2004, p. 32).

Apesar da importância da dimensão vertical para a compreensão do fenômeno, esse aspecto foi objeto de menor incursão teórica e empírica na discussão do tema.

Na teoria de Schattschneider (1960), a dimensão vertical aparece de forma menos explícita, mas está presente na discussão sobre os mecanismos que constroem ou expandem a escala (local ou nacional) do conflito. O autor argumenta que essa discussão é intrínseca a qualquer conceito de organização política, como a centralização ou descentralização do governo, o federalismo e o sistema eleitoral.

Stokes (1965) ofereceu uma visão diferente sobre o aspecto vertical da nacionalização. Ele buscava identificar a fonte (local, estadual ou nacional) dos estímulos ofertados ao eleitor e tentava dimensionar os resultados eleitorais provocadas a partir dos estímulos ofertados pelas forças nacionais. A nacionalização estaria presente se as mudanças eleitorais provocadas entre os diferentes níveis (local, estadual e nacional) fossem uniformes, associando isso ao estímulo nacional. Na prática, ele construiu um modelo analítico de homogeneidade vertical das tendências eleitorais, contrapondo o uso da dimensão horizontal do conceito.

Clagget et. al (1984) ponderaram que essa análise vertical proposta por Stokes não enfrentava o problema da congruência entre os estímulos e a resposta eleitoral. A homogeneidade do suporte eleitoral obtido por um partido nos diversos distritos (a nacionalização) poderia ser resultado de uma resposta uniforme a um estímulo nacional, como a presença de um candidato a presidente. Mas o mesmo resultado também poderia ser obtido por diferentes estímulos locais promovidos por braços regionais do partido - ou seja, a homogeneidade do resultado eleitoral não permitia dizer se havia um padrão nacionalizado ou localista na disputa política, ainda que os resultados apontassem na mesma direção.

Caramani (2004) argumenta que as categorias de análise propostas a partir do trabalho de Stokes eram importantes para a reflexão dos processos de territorialização da política, tendo em vista que abordam a dimensão vertical do fenômeno, mas que a forma como foram operacionalizadas tornam o processo de análise empírica extremamente complexo. Nesse particular, o autor sustenta que o modelo mais parcimonioso de análise da dimensão vertical da nacionalização partidária deveria se dar sobre as estruturas das instituições e organizações políticas. (CARAMANI, 2004, p. 42).

De certa forma, Caramani (2004) retoma o argumento original de Schattschneider (1960) sobre a importância da estrutura vertical de organização das instituições políticas, mas direciona o foco de análise para o papel dos partidos dentro desse contexto. Para o autor, a dimensão vertical da nacionalização está mais relacionada à agência dos partidos na construção de padrões centralizados de organização, de mobilização e de atuação perante o eleitorado.

Cox (1999) explora com mais densidade essa perspectiva da dimensão vertical, teorizando sobre a existência de um processo de agregação de vínculos partidários produzido a partir dos incentivos provocados pela competição eleitoral. Esses vínculos se estabelecem inicialmente de forma horizontal, no nível local, mas se verticalizam à medida que outros territórios ou níveis se agregam ao processo. Ao final, esse processo vai definir o tamanho e a congruência entre os sistemas partidários nacional e subnacional.

O autor argumenta que as regras eleitorais fazem com que partidos e candidatos tenham que coordenar seus esforços de competição eleitoral para maximizar os resultados. Essa coordenação em âmbito local - dentro do distrito - acaba definindo a estratégia de entrada de candidatos e de partidos na disputa, tendo impactos sobre o tamanho do sistema partidário local que emergirá da votação (COX, 1999).



Uma segunda etapa do processo de coordenação ocorre entre candidatos de distritos diferentes, que encontram incentivos institucionais para se reunir em partidos regionais ou nacionais. Cox (1999) chamou esse processo de coordenação de “ligação partidária” ou “vínculo partidário” (*party linkage*), que em sua definição, refere-se a uma questão organizacional, onde partidos e candidatos têm de se coordenar antes ou durante o período eleitoral. (MOENIUS e KASUYA, 2004, p.545).

A teoria desenvolvida por Cox (1999) parece reunir vários elementos que estão presentes na literatura, interligando-os de maneira sistemática. Em síntese, ele demonstra teoricamente como a agência de candidatos e partidos pode criar padrões centrais de organização e de estratégia partidária, relacionando tudo isso aos incentivos das instituições eleitorais e à competitividade do sistema de partidos.

Schakel (2013, p.213-214) diz que Cox (1999) introduziu uma terceira perspectiva do conceito de nacionalização, que se relacionaria a um processo vertical de agregação e de organização partidária. Contudo, Moenius e Kasuya, (2004, p.543 e 551) sustentam que essa teoria aborda apenas uma das dimensões do conceito de nacionalização partidária. Ou seja, essa teoria aborda com mais profundidade a dimensão vertical do conceito de nacionalização.

Ela se refere à integração entre a esfera local e a esfera nacional, formando estruturas centrais de coordenação e organização partidária no âmbito da disputa política e eleitoral. De forma mais específica, a literatura tem interpretado a dimensão vertical como o processo de coordenação (ou integração) que os partidos promovem entre as candidaturas lançadas nas eleições nacionais e subnacionais – a nacionalização vertical. (BORGES, 2015)

Em face dessa discussão, este trabalho utilizará a teoria desenvolvida por Cox (1999) para interpretar a dimensão vertical do conceito – a nacionalização vertical.

Parte dessa literatura vem chamando atenção para se incluir a dimensão vertical na análise de sistemas políticos descentralizados, onde a disputa pelos governos central e regional são importantes para a eleição legislativa nacional.

### **1.3 Nacionalização e Estratégia Partidária**

A competição eleitoral é um fator importante no processo de nacionalização partidária. Ela está diretamente relacionada com a dimensão vertical do fenômeno, tendo em vista que o processo de agregação de vínculos partidários – *party linkage* – formulado por Cox (1999) se dá a partir dos incentivos provocados pela competição eleitoral. A coordenação desenvolvida

pelos partidos se destina a integrar as candidaturas partidárias, nos diversos níveis, em busca do melhor resultado na votação.

A busca de um bom desempenho eleitoral, com reflexos na conquista de cargos executivos e legislativos, é um fator explicativo da nacionalização. “Não parece razoável supor que os partidos buscam a nacionalização das suas votações como um fator em si mesmo; este objetivo só faz sentido se permitir às organizações partidárias atender a outros fins como a maximizar votos”. (BORGES, 2015, p.657). Na disputa territorial – assim como na ideológica - os partidos agem estrategicamente para ocupar o máximo de espaço possível (CARAMANI, 2004, p.6).

Nesse sentido, a literatura tem estabelecido uma relação direta entre as estratégias de competição eleitoral desenvolvidas pelos partidos e o processo de nacionalização partidária, especialmente na sua dimensão vertical.

Para Caramani (2004), a integração dos sistemas partidários nacionais é fruto dos próprios partidos políticos e de sua atuação estratégico-competitiva visando a conquista do maior número de cadeiras (CARAMANI, 2004, p. 230). A nacionalização do comportamento eleitoral e do próprio sistema partidário são resultado das estratégias competitivas dos partidos visando a expansão territorial e o apoio eleitoral (CARAMANI, 2004, p.294).

Em uma perspectiva mais completa, não é possível considerar que os partidos simplesmente se adaptam às mudanças provocadas por um processo de nacionalização da política. Eles são agentes dessa mudança, implementando estratégias para avançar sobre o território e para ampliar o apoio eleitoral (CARAMANI, 2004).

Isso é especialmente relevante quando se analisa sistemas multiníveis, onde as eleições subnacionais também podem ser relevantes para a inserção territorial dos partidos no eleitorado e, conseqüentemente, para o nível de nacionalização do sistema partidário.

Em sistemas descentralizados, com múltiplos níveis de governo, há possibilidades de ação cada vez mais complexas para os partidos (DESCHOUWER, 2003). Em face dos múltiplos incentivos institucionais e da variabilidade de formas como podem se organizar, os partidos são capazes de desenvolver diferentes estratégias partidárias para agir em face do contexto político e eleitoral (DESCHOUWER, 2003, p. 218-219). Borges (2015, p.662) ressalta que “em sistemas com múltiplos níveis de governo, os partidos têm a seu dispor um leque maior de estratégias eleitorais capazes de garantir boas votações nacionais”.

Nesse caso, um aspecto relevante a ser considerado é a interconexão da estratégia entre as arenas eleitorais nacional e regional – a integração vertical. (BORGES 2015; BORGES et al, 2017, p. 3, apud FILIPPOV et. al 2004; THORLAKSON 2007).

A integração vertical ocorre quando os programas partidários e o comportamento dos eleitores do partido estão vinculados entre o nível regional e federal da disputa eleitoral (BORGES, 2019; BORGES e LLOYD, 2016, RIBEIRO e BORGES, 2020). Como a integração vertical, em última análise, se refere a um processo de coordenação eleitoral dos partidos, é possível dizer que ela expressa a dimensão vertical da nacionalização.

Assim, partidos que apostam numa estratégia de competição nacional, tentando expandir sua presença no território através de um programa comum destinado aos eleitores de todos os distritos, terão um alto nível de integração e de nacionalização vertical. De outro lado, partidos que apostam numa estratégia de competição regional, cultivando um voto de perfil territorial (localista) em cada um dos distritos, terão um baixo nível de integração e de nacionalização vertical.

Dentro desse cenário, é possível dizer que dois partidos com boas votações nacionais e padrões semelhantes de nacionalização horizontal podem apresentar níveis diferentes de integração e de nacionalização vertical. Enquanto um partido pode concorrer em todos os territórios, com o mesmo programa, visando o mesmo perfil de eleitores; o outro pode apresentar um programa partidário diferenciado em cada um dos territórios para perfis diferentes de eleitores. A dimensão horizontal da nacionalização não captará essas diferenças (JONES e MAINWARING, 2003, p.4), que dizem respeito ao grau de integração vertical dos partidos.

Calvo e Leiras (2012), Borges (2015) e Clerici (2020), ao analisar casos de países federados, exploram essa situação através de um modelo analítico que considera os níveis (alto e baixo) de nacionalização horizontal, combinados com os níveis (alto e baixo) de nacionalização vertical. Essa matriz gera um quadro analítico com quatro possibilidades de classificação desse fenômeno: a) alta nacionalização horizontal e vertical; b) baixa nacionalização horizontal e vertical; c) nacionalização horizontal alta e vertical baixa, e; d) nacionalização horizontal baixa e vertical alta.

De maneira mais específica, Borges (2015) e Borges et al. (2017) desenvolveram uma tipologia de estratégias partidárias em sistemas multiníveis que permite explicar esses padrões de nacionalização.

Para esses autores, partidos priorizam eleições de forma estratégica para maximizar seus votos no território. Como a eleição presidencial é um fator importante no processo de nacionalização, a literatura tende a focar sua atenção nos efeitos dessa disputa eleitoral nos padrões de nacionalização partidária. Mas em sistemas multiníveis descentralizados, onde os incentivos institucionais operam de forma incongruente, a disputa pelos executivos regionais também ocupa um papel relevante nas estratégias partidárias.

Partidos competitivos na eleição presidencial tendem a colocar essa disputa em primeiro plano, submetendo e integrando as eleições regionais a essa estratégia de *presidencialização*. No polo oposto, partidos sem candidato presidencial competitivo tendem a colocar as eleições regionais em primeiro plano, submetendo a disputa pelo executivo nacional a essa estratégia de *provincialização*. (BORGES, 2015; BORGES et al., 2017)

O elemento central, nesse caso, não é apenas a apresentação de candidatos ao executivo federal ou estadual, mas a integração dos palanques entre os dois níveis. A similaridade da estratégia e da formação de alianças entre os níveis nacional e subnacional reflete a o nível de congruência da estratégia eleitoral dos partidos.

Na estratégia de *presidencialização*, o partido tende a negociar palanques nos distritos que se vinculem e tragam vantagens competitivas ao candidato presidencial, podendo lançar candidatura própria ao executivo estadual ou oferecer vantagens competitivas a candidato de outro partido. Na *provincialização*, o partido tende a buscar maior autonomia para os diretórios regionais, operando de acordo com os custos e benefícios locais de apoiar um candidato presidencial. Isso permite que cada ramo estadual possa apoiar, deixar de apoiar ou simplesmente não apoiar alguma candidatura presidencial - própria ou de outro partido. (Borges et al, 2017).

Dentro dessa perspectiva, a estratégia de *presidencialização* tende a gerar altos níveis de nacionalização horizontal e vertical, enquanto a *provincialização* tende a produzir um baixo grau de nacionalização vertical, podendo, neste último caso, alcançar alto nível horizontal quando o partido compete em muitos distritos (*provincialização nacional*) ou um baixo nível horizontal quando o partido está concentrado em poucos distritos (*provincialização pura*).

A discussão que essa literatura faz sobre a agência partidária, especialmente sobre as estratégias eleitorais dos partidos e a integração vertical, permite aprofundar a investigação sobre o mecanismo da nacionalização que Cox (1999) propôs, tendo em vista que o conceito de

*party linkage* se refere a uma questão organizacional dos partidos, que precisam coordenar os vínculos entre seus candidatos nos diferentes distritos, inclusive no nível nacional.

Isso também abre espaço para se questionar se essas diferentes estratégias (e padrões do processo de nacionalização) não provocam diferentes efeitos no comportamento dos partidos, inclusive na sua disciplina legislativa.

#### **1.4 Nacionalização e Disciplina: a conexão eleitoral**

De maneira geral, a literatura espera que o nível de nacionalização partidária tenha efeitos significativos sobre os custos e a relação do presidente com a coalizão legislativa; sobre o comportamento legislativo e as carreiras parlamentares e; sobre os resultados das escolhas de políticas públicas (JONES e MAINWARING, 2003; JONES, 2010; MORGENSTEM et al., 2009; BORGES, 2015; CALVO e LEIRAS, 2012). De forma mais específica, o nível de nacionalização se relaciona com diferentes aspectos da política legislativa, incluindo a disciplina partidária (MORGENSTERN et al., 2009, p.1323-1324).

Sob baixa nacionalização partidária, a liderança central do partido deve ser menos capaz de falar por todo partido e de fornecer seu apoio legislativo na relação com o governo (JONES, 2010, p.26). Isto é, partidos desnacionalizados devem ser menos unificados. (MORGENSTERN et al., 2009, p.1323; JONES e MAINWARING, 2003; SCHATTSCHEIDER, 1960).

O conceito de disciplina adotado neste trabalho é o mesmo de Amorim Neto (2000) e Amorim Neto e Santos (2001), isto é, a disciplina se refere ao grau de unidade dos legisladores do partido que participam das decisões legislativas tomadas em votações nominais.

Apesar da expectativa teórica sobre a relação entre nacionalização partidária e comportamento legislativo, em especial no que tange à disciplina dos congressistas, pouco foi produzido para se entender o mecanismo pelo qual isso se materializa. Os avanços da literatura se concentraram mais sobre os determinantes eleitorais da nacionalização partidária, não sendo acompanhados de igual esforço para compreender seus efeitos na arena congressual.

Entretanto, há uma extensa produção científica sobre o comportamento parlamentar na América Latina que pode ser utilizada para embasar essa relação. Uma parte relevante dessa literatura analisa o comportamento político na região pela observação dos efeitos dos arranjos institucionais e da dinâmica local-nacional na disputa política. (CHASTY et. al, 2014; SHUGART e CAREY, 1992).

Um argumento bastante presente é que os arranjos institucionais, notadamente as instituições eleitorais, estimulam a dispersão de poder, fragmentam o sistema de partidos, criam dificuldades para a governabilidade e favorecem a predominância do localismo no comportamento parlamentar (AMES, 1987; MAINWARING, 1993; MAINWARING E SCULLY, 1995; SAMUELS, 2003).

Amorim Neto e Santos (2001) ressaltam que muitos estudos comparativos dessa linha de investigação utilizaram o modelo de Morgenstern (1996) sobre a “conexão eleitoral”, de maneira que a disciplina partidária era relacionada diretamente aos incentivos provenientes das instituições eleitorais. (AMORIM NETO e SANTOS, 2000).

Assim, o mecanismo do comportamento parlamentar poderia ser explicado a partir dos efeitos descentralizados do sistema eleitoral, que resultam em fraqueza dos partidos e em comportamentos individualistas na arena legislativa. A primazia dessa conexão eleitoral como fator explicativo do comportamento parlamentar reflete, de certa forma, um olhar analítico que privilegia o efeito centralização-descentralização dos arranjos institucionais, especialmente no âmbito da eleição legislativa.

Na literatura sobre nacionalização partidária, alguns estudos argumentam que as instituições incentivam uma competição de perfil regional pelo acesso às cadeiras congressuais (JONES e MAINWARING, 2003; JONES, 2010; MORGENSTEM et al., 2009), mas também há argumentos para se considerar os efeitos de outro fator institucional – a realização da eleição presidencial.

Quando realizadas de forma simultânea, a eleição presidencial tem grande impacto na eleição legislativa, provocando um efeito *coattail* (puxador de votos) que beneficia candidaturas vinculadas ao candidato presidencial. Isso resulta em um melhor desempenho partidário, bem como na eleição de um contingente maior de legisladores ligados ao candidato (JONES, 2010, p.29-30). O alinhamento a uma candidatura presidencial acaba sendo uma estratégia interessante para os partidos e os candidatos à uma cadeira parlamentar, tendo em vista as vantagens políticas, operacionais e informacionais que uma campanha presidencial competitiva propicia na disputa do eleitorado. (BORGES e LLOYD, 2016)

Outro efeito derivado desse contexto seria a existência de um processo de coordenação comum entre as forças que apoiam a candidatura presidencial, envolvendo partidos e candidatos à eleição legislativa e às eleições de cargos regionais. (BORGES, 2015, p.655-656). Borges (2015) indica que o efeito *coattail* (rabo de casaca) ocorre tanto na eleição a presidente, quanto

na eleição aos governos regionais, impactando partidos e demais candidaturas vinculadas às coalizões eleitorais nos dois níveis da disputa.

Sendo assim, a prevalência do perfil nacional ou regional do efeito *coattail* é condicionada por outros fatores institucionais, como a centralização ou descentralização do sistema de governo e a proximidade entre a eleição ao legislativo e a eleição aos cargos regionais. (BORGES, 2015, p.657). Contudo, esse efeito é maior quando há alinhamento (congruência) entre a campanha presidencial e a campanha ao governo regional, tendo em vista que os incentivos para uma integração vertical entre candidaturas e partidos envolvidos na aliança se reforçam mutuamente. (BORGES e TURGEON, 2019).

Portanto, no âmbito da eleição legislativa, os elementos teóricos convergem para se identificar a presença de incentivos institucionais de perfil local e nacional na competição eleitoral. Isso implica dizer que a eleição legislativa, a despeito dos incentivos fragmentários e localistas das suas regras eleitorais, também é influenciada pelos efeitos nacionalizantes da eleição presidencial (BORGES, 2015; CLAGGET et. al., 1984; STOKES, 1965), especialmente quando as estratégias das disputas regionais estão alinhadas de forma congruente com a estratégia de competição nacional. (BORGES e LLOYD, 2016; RIBEIRO e BORGES, 2020)

Por conseguinte, é possível inferir que esse conjunto de efeitos (locais e nacionais) também impacta o comportamento legislativo, inclusive a disciplina partidária.

No que tange ao mecanismo derivado da “conexão eleitoral” entre nacionalização e disciplina, a teoria de Cox (1999) parece ter grande poder explicativo sobre a relação causal. Partidos verticalmente integrados possuem capacidade de apresentar um programa nacional comum e de coordenar suas estratégias de entrada nos diversos distritos eleitorais, proporcionando um alinhamento programático e estratégico entre sua estrutura central e os ramos regionais.

O trabalho de coordenação eleitoral e os efeitos que isso gera na agregação de vínculos partidários favorecem um comportamento mais unificado da legenda, inclusive na arena legislativa. Sendo assim, espera-se que o aumento da disciplina partidária seja materializado através dos efeitos agregados do processo de coordenação e agregação de vínculos partidários durante a competição eleitoral - a nacionalização vertical

Ou seja, quanto mais congruente for a estratégia eleitoral do partido entre os níveis da disputa, mais integração vertical deve ser produzida no processo de coordenação de suas

candidaturas – o que tende a aumentar o nível de nacionalização vertical e a disciplina dos seus congressistas eleitos.

### **1.5 Nacionalização e Disciplina: a conexão presidencial**

Outra parte da literatura sobre comportamento parlamentar na América Latina se dedicou a compreender a disciplina partidária a partir dos processos formação de governos de coalizão, indicando que o uso de coalizões é bastante comum e obtém níveis de sucesso legislativo não muito distantes dos sistemas parlamentares (FIGUEIREDO et. al, 2012; CHASQUETTI, 2001; CHEIBUB, 2007; CHEIBUB et al., 2004). Um argumento importante dessa literatura é que os poderes presidenciais e as regras do processo decisório possibilitam uma maior colaboração dos partidos na arena legislativa.

Esse modelo de “conexão presidencial”, nas palavras de Amorim Neto e Santos (2001), ajudaria a explicar a obtenção de disciplina partidária a partir do uso de instrumentos institucionais presentes na arena governativa, a despeito dos incentivos localistas das instituições eleitorais. (AMORIM NETO e SANTOS, 2001).

Apesar dessa literatura sobre o presidencialismo de coalizão - pelo menos essa que foi referenciada - não focar nos elementos da agência dos partidos na arena eleitoral como um fator explicativo da disciplina partidária, há aspectos que sugerem essa reflexão.

A formação de coalizão pressupõe a divisão de cargos, recursos e políticas do governo presidencial com os parceiros da coalizão (BUDGE e LAVER, 1986; CHASQUETTI, 2001). Ao formar a coalizão, o objetivo do presidente é constituir um cartel legislativo que consiga defender as preferências do executivo no dia a dia do parlamento com algum nível de segurança (CHAISTY et al, 2014, p.3). Os partidos, por sua vez, não se aliam ao presidente só para governar, mas também para perseguir vantagens eleitorais de acordo com seus objetivos regionais ou nacionais (FIGUEIREDO et al. 2012; STRØM, 1990; MÜLLER e STRØM, 2000; CHASQUETTI, 2001; BORGES, 2015; BORGES et. al, 2017; BORGES e TURGEON, 2019).

O desafio seguinte é a manutenção dessa situação ao longo do tempo, o que demanda o uso de ferramentas à disposição do presidente na relação executivo-legislativo (CHAISTY e POWER, 2019; CHAISTY et al, 2014; RAILE et. al, 2011; FIGUEIREDO et al., 2012). Os partidos, por outro lado, reagem a essa situação de forma estratégica, avaliando custos e vantagens de defender as preferências do executivo nas votações parlamentares diante dos seus objetivos (OWENS, 2003).



À medida que a próxima eleição nacional se aproxima, os desafios para manter a coalizão aumentam e a agência estratégica do presidente e dos partidos passam a embutir um risco maior de ruptura (ALTMAN, 2000; CHASQUETTI, 2001; CHASQUETTI, 2006). A ruptura é um evento crítico, afetado por fatores institucionais e contextuais, mas que (de forma similar ao processo de formação da coalizão) responde muito mais à vontade estratégica dos atores que a compõem do que a esses fatores (CHASQUETTI, 2006, p.179; CHASQUETTI 2001).

Sendo assim, construir, manter ou romper uma coalizão é uma decisão que se alinha à agência estratégica dos partidos em face dos fatores contextuais e institucionais que constroem seu comportamento. Essas estratégias não constituem um fim em si mesmo; elas perseguem os objetivos de competição política e eleitoral nas dimensões nacional e regional.

Esse aspecto da agência dos partidos, especialmente de suas estratégias de competição eleitoral, é colocado como um ponto importante neste trabalho. Partidos agem em múltiplas arenas e, para isso, desenvolvem estratégias partidárias que visam a maximização da sua presença no território. Essas estratégias acabam influenciando o comportamento de seus integrantes nos diversos espaços de competição, notadamente em busca de cargos, políticas e votos (FIGUEIREDO et al, 2012; BUDGE e LAVER, 1986; MÜLLER e STRØM, 2000; STRØM, 1990).

Por isso, o argumento defendido neste trabalho é que a estratégia eleitoral, que impacta o processo de nacionalização vertical, também se relaciona com a disciplina dos seus parlamentares na arena governativa. No caso concreto, o pressuposto é que a estratégia partidária desenvolvida na eleição que já ocorreu vai influenciar a estratégia do partido no momento seguinte, quando esse partido decide integrar (ou não) a base do governo. De forma mais dinâmica, isso tudo vai se relacionar com a estratégia na eleição seguinte, e assim por diante. (ALTMAN, 2000)

Um partido verticalmente integrado, que coordena sua estratégia eleitoral de forma congruente nos diferentes distritos a partir de uma candidatura ou de um programa nacional, tem condições mais favoráveis para agir com unidade no momento seguinte, quando há o processo de formação da coalizão de governo e de oposição. Isto é, um partido com estratégia nacional e um alto nível de integração vertical com seus ramos estaduais, tende a caminhar unido no momento pós-eleitoral, seja para integrar o governo (especialmente se já fizer parte da aliança eleitoral), seja para se opor a ele.

De outro lado, um partido com baixa integração vertical, em que os ramos estaduais não estão coordenados congruentemente com a estratégia e a aliança nacional, tende a ter maior dificuldade para coordenar suas ações no momento pós-eleitoral, podendo haver muita divergência interna quanto a integrar o governo, se opor a ele ou adotar uma posição de independência.

Seguindo as expectativas da literatura, partidos que utilizam estratégias nacionais na arena eleitoral tenderiam a ter maior disciplina legislativa, enquanto partidos com estratégias locais tendem a obter menor disciplina no ambiente congressional. Isso ocorreria através do mecanismo descrito por Cox (1999), no qual o processo de coordenação eleitoral realizado pelo partido explicaria a nacionalização partidária.

Para o autor, os incentivos eleitorais estimulam a coordenação eleitoral (agência) dos partidos não apenas dentro do distrito, mas entre os distritos. Esse processo de coordenação gera ligações ou vínculos partidários (*party linkage*), que, na sua definição, se refere a um aspecto de agregação de vínculos da organização partidária – processo que se origina na escala local e se estende até a escala nacional (COX, 1999; MOENIUS e KASUYA, 2004)

Cox (1999) entende que esse processo de agregação da organização partidária se alonga para o momento posterior à eleição, quando os legisladores eleitos entram na assembleia. Nesse estágio ocorre uma terceira etapa de coordenação do vínculo partidário à medida que os vários partidos lutam por posições no governo. Essa última etapa de coordenação seria menos afetada pelas regras eleitorais e estaria mais relacionada à formação e sustentação dos governos. (COX, 1999, p.146 e 160).

Sendo assim, a dimensão vertical da nacionalização partidária estaria relacionada não apenas com os elementos provenientes da arena eleitoral, mas também com os elementos iniciais da arena governativa. Isso ocorreria em razão do fator organizacional gerado pelo processo de coordenação partidária, especialmente pela força dos vínculos de integração vertical que devem ser observados em partidos nacionalizadas.

Logicamente, não se argumenta que a disciplina partidária seja explicada unicamente pelos padrões de nacionalização, tendo em vista que há um conjunto relevante de variáveis explicativas dessa variável dependente, como ideologia, coesão partidária, fatores institucionais próprios da arena governativa, a agência do presidente e a própria alteração da estratégia partidária ao longo de uma legislatura. Mas há base teórica para sustentar que o nível de nacionalização de um partido também impacta a disciplina de seus congressistas.

É provável que um partido nacionalizado conte com uma estrutura organizacional mais forte (mais centralizada, por exemplo), bem como tenha mecanismos mais efetivos para realizar o processo de coordenação intrapartidário nas arenas eleitoral e governativa. Isso, por consequência, aumentaria o nível de integração vertical observado na arena eleitoral, bem como aumentaria a disciplina partidária dos seus parlamentares.

Dessa forma, quando um partido entra na disputa eleitoral com uma estratégia de *presidencialização*, e realiza o processo de coordenação de suas candidaturas nos níveis nacional e regional, ele está aumentando o seu nível de integração e de nacionalização vertical.

Após a eleição, esse processo de coordenação partidária continua à medida que o partido adapta sua estratégia de ação na arena governativa, seja para sustentar a coalizão presidencial, seja para se opor ao governo. Essa última etapa do processo de coordenação partidária se relaciona diretamente com o comportamento dos seus legisladores e com a disciplina partidária nas votações legislativas.

Assim como ocorre na arena eleitoral, esse processo de coordenação e integração vertical dos partidos pode ser influenciado pela agência do presidente no âmbito da formação do governo ou da gestão de sua coalizão. De igual maneira, partidos que concorreram com candidato presidencial competitivo, ainda que derrotados na arena eleitoral, podem manter algum nível de coordenação e integração vertical na oposição ao governo presidencial.

Ou seja, a agência estratégica dos partidos não se encerra, necessariamente, com o final das eleições. A competição entre os partidos e a competitividade do sistema partidário demanda que essa agência estratégica continue no momento seguinte, ainda que modulada para atender as circunstâncias institucionais e contextuais da arena governativa.

Baseado em toda essa discussão, o trabalho considera a seguinte hipótese:

*H2: Partidos com níveis mais altos de nacionalização vertical apresentam níveis mais altos de disciplina partidária nas votações legislativas, enquanto partidos com níveis mais baixos de nacionalização vertical apresentam níveis mais baixos de disciplina.*

## 2. O CASO BRASILEIRO

O Brasil é um caso típico do presidencialismo presente na literatura sobre a América Latina. As instituições criam incentivos incongruentes no que tange ao comportamento congressual, o sistema é multipartidário, as coalizões partidárias de governo são frequentes, a disciplina partidária e a estabilidade das coalizões variam entre os distintos governos. O sistema partidário tem fraca nacionalização, mas há diferentes níveis de nacionalização horizontal entre os partidos.

Sendo assim, o caso brasileiro é representativo do objeto estudado e se adequa aos elementos da literatura que foi mobilizada neste trabalho. O sistema político do país é frequentemente analisado na literatura comparada, servindo como estudo de caso em várias linhas de pesquisa, inclusive nos campos teóricos mobilizados neste trabalho. Ademais, as estratégias partidárias de entrada na disputa eleitoral apresentam uma grande variação, tanto na eleição presidencial, quanto nas eleições aos governos estaduais, sugerindo que os níveis de nacionalização vertical podem ter um alto nível de variabilidade entre os distintos partidos.

Na trajetória republicana do país, as instituições que predominam ao longo do tempo são o presidencialismo, o federalismo, o multipartidarismo e o sistema proporcional para escolha dos representantes no legislativo nacional.

Ela é demarcada por três períodos democráticos, com eleições regulares para os cargos executivos e legislativos nos níveis nacional e estadual, intercalados por períodos autoritários, nos quais as eleições para o legislativo nacional ou para os governos estaduais ocorreram de forma intermitente.

O primeiro período democrático compreende as eleições realizadas entre 1894 e 1930. Conhecido como República Velha, essa fase da política brasileira é caracterizada pela estadualização da política. O sistema partidário era composto de partidos estaduais, havendo um predomínio de forças oligárquicas regionais no comando da política nacional. Na visão de Fabiano Santos (1999), a doutrina de organização político-federativa criou um presidencialismo estadualizado, desprovido do sistema de controles e contrapesos do legislativo nacional.

O segundo período compreende as eleições realizadas entre 1945 e 1962. Conhecido como República de 1946, essa fase apresenta uma mudança significativa em relação ao período anterior. O predomínio da política estadual perdeu espaço e o governo central passou a centralizar mais poderes no cenário nacional. No legislativo nacional, a fragmentação do sistema multipartidário possibilitou a presença de partidos com diferentes perfis. Segundo

Nicolau (2004), os maiores partidos apresentavam um padrão eleitoral nacionalizado, enquanto os partidos médios e pequenos tinham perfil regionalizado. (NICOLAU, 2004).

O terceiro período, que é a fase selecionada para análise neste trabalho, compreende as eleições realizadas de 1989 até os dias atuais.

Esse período se caracteriza por um forte papel do presidente e da eleição presidencial sobre o sistema político, um federalismo robusto que distribui poder aos estados, sistema multipartidário, sistema eleitoral proporcional de lista aberta e a predominância dos órgãos partidários regionais na seleção de candidatos à eleição legislativa nacional – características institucionais estáveis desde o processo de redemocratização. (CHAISTY et al, 2014).

Outro aspecto relevante é que as eleições para governo de estado (executivo estadual) ocupam um papel importante no cenário político nacional, influenciando a dinâmica eleitoral e o sistema partidário.

O retorno das eleições diretas para os governos estaduais e o resultado extremamente desfavorável, no final do regime militar, fortaleceu a oposição e as elites estaduais no cenário político da época. Assim, o final da ditadura militar não representou apenas o fortalecimento das forças democráticas de oposição. Ele mostrou também o ressurgimento da força política das elites regionais e a importância da dinâmica política estadual na disputa interpartidária.

Outro aspecto importante em relação à formação das instituições diz respeito ao sistema partidário. Para Fleischer (2007), o regime autoritário anterior provocou dois realinhamentos forçados do sistema partidário. O primeiro, no início do regime, serviu para que o governo militar pudesse controlar o legislativo nacional através da concentração do sistema em um modelo bipartidário. O segundo, já no fim do regime, foi usado para enfraquecer a oposição, tendo como instrumento a fragmentação do sistema partidário da época. A fragmentação partidária se tornou uma tendência no processo de redemocratização, assim como no período democrático subsequente. (FLEISCHER, 2007, p.303).

Ou seja, a importância da política regional sobre o sistema partidário está na gênese desse período democrático do país.

Alinhada a uma parte da literatura sobre a América Latina, muitos trabalhos criticaram o funcionamento do sistema político brasileiro em face da fraqueza dos partidos, da fragmentação do sistema partidário e da personificação da representação política, atribuindo essas deficiências aos incentivos institucionais descentralizadores, especialmente aqueles

oriundos da arena eleitoral, que favoreciam a lógica da política estadualizada. (AMES, 2003; ABRUCIO, 1994; ABRUCIO e SAMULES, 1997; MAINWARING 1993).

O modelo de “conexão eleitoral” presente nessa literatura explica o comportamento legislativo dos partidos através da influência exacerbada da política estadual no legislativo nacional. Nesse sentido, Jones e Mainwaring (2003) argumenta que o sistema partidário nacional seria uma espécie de duplicação dos sistemas partidários estaduais, dada a importância da política em nível estadual e a baixa nacionalização dos partidos (JONES e MAINWARING, 2003, p.150)

Outra parte da literatura contrapõe essas interpretações sobre o caso brasileiro, argumentando que os presidentes adotaram estratégias de formação de coalizões partidárias para governar, obtendo relativo sucesso legislativo na aprovação da agenda de governo. A explicação estaria no perfil centralizado do processo legislativo e no uso de ferramentas governamentais (cargos, políticas, recursos) para obter colaboração dos partidos na apreciação da agenda. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001; RENNÓ, 2006; LIMONGI 2010). Esse modelo explicativo indica que os partidos seriam capazes de agir como partidos nacionais na arena legislativa, apresentando níveis consideráveis de disciplina – apesar dos incentivos institucionais fragmentários e descentralizadores.

Outros estudos apontaram a existência de um processo de centralização política derivado da implantação de políticas nacionais. Ao longo do tempo, o Executivo federal teria aumentado sua capacidade de centralizar receitas e de coordenar políticas nacionais junto aos governos subnacionais, o que aumentou o papel do governo nacional e do presidente no cenário político, gerando reflexos na competição eleitoral e partidária (BORGES 2010 e 2013; MACHADO, 2014; ARRETCHE, 2004)

Dentro de todo esse cenário, é possível dizer que o sistema político brasileiro tem incentivos institucionais incongruentes sobre o comportamento dos partidos.

Uma característica importante desse caso para o tema da nacionalização é que a eleição para os ramos executivo e legislativo ocorrem simultaneamente em nível nacional e estadual, de forma que as estratégias dos partidos nos dois planos da disputa se interligam fortemente (LIMONGI e CORTEZ, 2010).

No plano normativo, há uma distinção importante entre os níveis da disputa. O território nacional é o distrito da eleição presidencial, enquanto o território do estado é o distrito eleitoral da disputa aos cargos do legislativo nacional, do governo do estado e do legislativo

estadual. O órgão nacional dos partidos é o responsável pela escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente, cabendo ao órgão estadual do partido fazer a escolha dos nomes que concorrerão aos demais cargos.

As regras constitucionais e infraconstitucionais sobre alianças partidárias na arena eleitoral, chamadas de coligações, dão um elevado grau de liberdade para a formatação de estratégias eleitorais e para a composição de nominatas aos cargos executivos e legislativos, tanto em nível nacional, quanto estadual.

Em regra, a eleição presidencial é juridicamente independente da eleição aos cargos do legislativo nacional, que é composto de duas câmaras – Câmara dos Deputados eleita pelo sistema proporcional e Senado Federal eleito pelo voto majoritário. Assim, a aliança partidária (coligação) feita para a disputa presidencial não precisa ser replicada nas disputas ao legislativo nacional e nem na eleição aos governos estaduais.

Isso permite que alianças em nível estadual (para a disputa dos cargos de deputado federal, de senador e de governador estadual) possam ser feitas com partidos que são adversários na disputa presidencial, ou seja, as coligações feitas no nível estadual não precisam ser congruentes com as coligações feitas no nível nacional.

Um regime jurídico diferente se aplica às coligações feitas no nível estadual para os cargos de deputado federal, senador e governador. Os partidos não são obrigados a replicar a mesma coligação na disputa dos três cargos, podendo manejar estrategicamente a ausência em uma delas para obter maior liberalidade nas demais. Mas, ao coligar na eleição majoritária (ao executivo estadual ou ao Senado), as alianças formadas para os demais cargos não podem contar com partidos adversários ao cargo de governador ou de senador. Há, de certa forma, uma regra de congruência estadual derivada da competição majoritária no distrito.

Nesse cenário, a coordenação das estratégias partidárias tem desempenhado um papel relevante no processo de nacionalização, mesmo com a fragmentação partidária observada no legislativo e com as expectativas descentralizadoras do desenho institucional, especialmente do federalismo (LIMONGI e CORTEZ, 2010; BORGES e LLOYD, 2016; RIBEIRO e BORGES, 2020). É possível, inclusive, observar uma “tendência de ampliação moderada da nacionalização horizontal no sistema partidário brasileiro após 1994” (BORGES, 2015, p.665).

Para Limongi e Cortez (2010), as eleições para presidente e governadores de estado sugerem uma outra interpretação para o quadro partidário brasileiro, mais concentrado do que a fotografia da eleição ao legislativo nacional. Os partidos nacionais que competem pela

presidência do país acabam organizando a disputa política e eleitoral em dois grandes blocos de alianças partidárias nos estados e em âmbito federal. (LIMONGI e CORTEZ, 2010).

Assim, ainda que haja muitas forças partidárias competindo dentro do sistema, as opções oferecidas na arena eleitoral estariam organizadas em dois blocos relativamente congruentes de alianças entre os partidos. “O lançamento de candidaturas nos dois planos é uma decisão interdependente. E os partidos têm retirado candidaturas estrategicamente em uma disputa para obter apoio em outra”. ((LIMONGI e CORTEZ, 2010, p. 22).

Ou seja, as alianças partidárias formadas na disputa presidencial e na disputa aos governos estaduais se interligam, formando um padrão nacional de competição eleitoral. Dados os incentivos institucionais incongruentes e a natureza multinível do sistema político, esse padrão de competição nacional convive com outros padrões de competição, sejam eles de perfil puramente regional ou misto.

Apesar do Brasil apresentar um nível baixo de nacionalização partidária na análise comparada (JONES e MAINWARING, 2003), a situação individualizada dos partidos sugere um quadro mais heterogêneo. Nesse sentido, Borges et al. (2017) mostram que os partidos brasileiros adotaram estratégias variadas de competição no território, atingindo não apenas níveis diferentes de nacionalização, mas também perfis diferentes desse fenômeno.

Essa variabilidade de resultados oferece, num único caso, elementos para se aprofundar o debate sobre nacionalização partidária, notadamente na sua condição vertical, e os efeitos desse fenômeno no comportamento partidário.



### 3. METODOLOGIA

O estudo de caso é um trabalho intensivo sobre uma única unidade de análise do objeto, permitindo obter generalizações úteis para a análise das demais unidades. A característica do estudo de caso é a manipulação de um N pequeno, com uma análise sistemática das observações temporais ou territoriais que possam contribuir para um maior conhecimento do objeto pesquisado (GERRING, 2004). Essa técnica de pesquisa é bastante presente no campo de estudos sobre nacionalização e, de certa maneira, acompanhou a evolução dessa literatura ao longo do tempo.

O Brasil tem três períodos históricos democráticos onde foram realizadas eleições presidenciais e legislativas. Contudo, por razões metodológicas, a seleção recaiu apenas sobre o último deles.

No primeiro período, entre as eleições de 1894 e 1930, não havia partidos nacionais e a lógica de funcionamento do parlamento nacional era estadualizado - o que inviabiliza o uso desse período para os fins deste trabalho. Assim, optou-se pela exclusão dessa fase histórica.

No período entre as eleições de 1945 e 1962 é possível observar a existência de partidos com padrões de competição nacionais, mas há uma variabilidade grande nas variáveis institucionais que dificultam a análise desenvolvida nesta pesquisa. As eleições presidenciais e legislativas não ocorreram de forma simultânea na maior parte das vezes; os mandatos dos governadores estaduais não eram coincidentes entre si, de maneira que a eleição ao executivo estadual não ocorria simultaneamente em todas as unidades da federação; boa parte das eleições realizadas nos estados não coincidiam com a realização das eleições nacionais e; o país experimentou um breve período de governo parlamentar após a realização da eleição presidencial de 1960.

Essa grande variação encontrada nos aspectos institucionais demandaria um nível complexo de controle sobre essa variável, tendo em vista que o arranjo institucional em cada eleição ou em cada legislatura teria potencial para afetar os resultados das variáveis. É preciso ressaltar que a baixa variância dos aspectos institucionais é um elemento importante dentro deste trabalho, já que se busca analisar os efeitos das estratégias partidárias sobre o comportamento parlamentar. Isto é, optou-se por isolar e manter constante os efeitos institucionais, deixando a variação recair sobre a estratégia partidária.

O terceiro período que foi selecionado para a análise compreende as eleições realizadas entre 1989 e 2022. Ele é marcado por uma grande estabilidade dos aspectos institucionais que

foram mobilizados na literatura sobre nacionalização, especialmente no que tange à simultaneidade das eleições.

Contudo, há algumas ressalvas que precisam ser consideradas.

A eleição presidencial de 1989 foi realizada de forma isolada, sem a simultaneidade da eleição ao legislativo nacional e aos governos estaduais. Como a conexão entre a eleição presidencial e a eleição dos demais cargos é um elemento relevante para a teoria da nacionalização partidária em sistemas presidenciais multiníveis – especialmente no caso brasileiro, optou-se pela exclusão da eleição e da legislatura relacionada ao governo Collor.

Outro aspecto a ser considerado é que as eleições de 2002 e 2006 foram realizadas com uma mudança institucional importante – a verticalização das coligações partidárias. Essa regra constitucional impôs uma cláusula de congruência a partir da disputa do cargo de presidente, de maneira que um partido que integrava uma coligação na corrida presidencial só poderia fazer alianças nos estados (governador, senador e deputado) com partido que, na eleição a presidente, pertencia à mesma coligação ou estava ausente dessa disputa. Assim, um partido que não participava da eleição presidencial poderia se coligar livremente na eleição estadual; um partido com candidato a presidente ou que integrasse uma coligação presidencial não poderia fazer coligação com partidos que tinham, isoladamente ou em coligação, outro candidato a presidente.

Apesar dessa singularidade, foi mantida a análise sobre essas duas eleições e suas legislaturas correspondentes. A regra de verticalização das coligações limitou a agência dos partidos no plano estadual, mas não suprimiu ou subverteu a lógica de coordenação das estratégias partidárias na arena eleitoral - especialmente nos casos de agremiações com estratégias de *presidencialização* ou *provincialização* puras. As principais características sistêmicas continuaram presentes, de maneira que os partidos continuaram tendo possibilidades de ação e de coordenação complexas na disputa eleitoral.

Outro aspecto relevante a ser considerado se refere à legislatura do governo Temer. Apesar do vice-presidente ter sido eleito pela mesma coligação pré-eleitoral, cujo partido integrou a coalizão governamental originária, optou-se pela exclusão desse período de governo – que se iniciou em maio de 2016. Isso se justifica pela natureza conflitiva da relação entre presidente e vice-presidente no processo de *impeachment*; pela exclusão do partido da presidente na composição do novo governo; pela formação de uma nova coalizão com partidos

que eram da oposição e; pela mudança da orientação programática que foi apresentada na eleição.

Na prática, o governo Temer (eleito como vice-presidente) significou a emergência de um novo governo pela via indireta do parlamento nacional, com características políticas e programáticas distintas (até mesmo antagônicas) da aliança partidária que participou da eleição presidencial e compôs o governo Dilma 2.

Ou seja, a dinâmica desse novo governo não foi lastreada nas relações decorrentes da arena eleitoral, mas nas relações políticas e partidárias construídas no processo de impedimento da ex-presidente. Como a premissa desse trabalho é que a agência estratégica dos partidos - especialmente a integração vertical entre a eleição presidencial e disputa ao governo dos estados - influencia o comportamento posterior dos partidos na arena legislativa, a manutenção do governo Temer desviaria o foco de análise para um mecanismo circunscrito unicamente à arena parlamentar.

Por fim, é preciso esclarecer que a base de dados apresenta informações até o ano de 2018, inviabilizando a análise da legislatura durante o governo Bolsonaro. Sendo assim, o período analisado por este trabalho compreende as eleições realizadas entre 1994 e 2014, bem como as legislaturas subsequentes – com exceção do governo Temer, pelas razões já citadas acima.

### **3.1 Seleção das Unidades**

A unidade de análise para a investigação do caso são os partidos políticos que concorreram numa determinada eleição, elegeram representantes ao legislativo nacional e participaram de votações na legislatura subsequente. A expectativa teórica é que a disciplina dos legisladores de cada um desses partidos se relacione com os respectivos padrões de nacionalização observados na disputa eleitoral.

No que tange à seleção dos partidos que farão parte da amostra, Desposato (2003 e 2005) chama atenção para a presença de viés estatístico embutido nos indicadores de disciplina comumente utilizados, especialmente quando se analisa as votações legislativas de pequenos partidos. O autor argumenta que a metodologia empregada na construção dos indicadores (notadamente no índice de Rice) faz com que os valores de disciplina de um partido pequeno, com até 3 parlamentares, seja probabilisticamente maior do que os valores de um partido com 10 parlamentares – situação que inflaciona os resultados sistêmicos e tende a gerar correlações

estatísticas nem sempre aderentes à realidade. Isso seria mais comum em países com fraca institucionalização do sistema partidário, nos quais há baixo nível de coesão partidária e um número significativo de pequenos partidos.

Essa ponderação foi confirmada em análises empíricas, inclusive na análise de algumas legislaturas do caso brasileiro, que reportaram valores maiores no indicador de disciplina para pequenos partidos, quando comparados com os resultados de testes paramétricos relativos ao tamanho de grupos e subgrupos partidários (DESPOSATO 2003 e 2005; CAREY e REINHARDT, 2004; CAREY, 2004).

Na amostra coletada para este trabalho, há uma quantidade relevante de observações de pequenos partidos, com até 3 parlamentares, que podem impactar os resultados médios ou sistêmicos. Outrossim, nos testes de convergência dos dados ao modelo, o uso das observações dos partidos pequenos se mostrou metodologicamente inadequado, conforme pode ser encontrado na seção 3.7 deste trabalho.

Considerando esses aspectos, assim como os argumentos presentes nas seções 3.5 e 3.7, que descreve o modelo de regressão, os partidos muito pequenos, com até 3 parlamentares, foram excluídos da seleção final da amostra.

### **3.2 Conjunto de Dados**

A base de dados da pesquisa utiliza três conjuntos de informações: I) dados dos votos obtidos pelos partidos na eleição à câmara baixa de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014; II) dados das coligações partidárias na eleição presidencial e nas eleições para governadores dos 27 estados no mesmo período; III) dados das votações legislativa nominais na câmara baixa entre os anos de 1995 e 2016. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Câmara dos Deputados são, respectivamente, as fontes primárias dos dados eleitorais e de votações legislativas nominais na câmara baixa.

Os dados das coligações partidárias foram categorizados, em cada eleição, por partido e cargo em disputa (presidente e governador).

Os dados dos votos obtidos pelos partidos na eleição à câmara baixa foram extraídos de uma fonte secundária, tendo em vista que fora utilizado o banco de dados de Borges (2015) e Borges et. al. (2017), gentilmente cedidos pelo autor. Esse banco de dados fornece, a partir dos dados eleitorais, o resultado de indicadores que são utilizados nesta pesquisa, discriminados por partido e por ano da eleição.

No caso das votações legislativas nominais, também foi utilizada uma fonte secundária dos dados, já que fora utilizado o Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), gentilmente cedido pela instituição. Esse banco de dados fornece o dado de cada um dos parlamentares, em cada uma das votações realizadas, informando também se o parlamentar faz parte da coalizão do governo, se votou de forma disciplinada com seu partido se votou de forma disciplinada com o governo.

Os dados das votações legislativas foram agrupados (empilhados) por partido e por ano, de maneira que o conjunto de dados pudesse ser organizados de forma similar, compondo uma única estrutura no banco de dados.

A estrutura final dos dados está organizada de forma longitudinal (TSCS), onde cada linha corresponde à observação das informações de um partido em um determinado ano. Os indicadores provenientes dos dados eleitorais apresentarão valores repetidos para as observações do partido nos quatro anos da legislatura subsequente.

O indicador proveniente dos dados das votações legislativas nominais poderá apresentar valores diferentes em cada observação, ressaltando-se que o valor de cada observação anual é resultado da agregação (empilhamento) dos dados de todas as votações nominais analisadas no referido ano.

### **3.3 Nacionalização Horizontal (variável independente)**

Para testar a hipótese dos impactos da nacionalização horizontal (H1), será utilizado o indicador PNSw (BOCHSLER, 2010a), sendo este uma variação do PNS – *party nationalization scores* – desenvolvido no trabalho de Jones e Mainwaring (2003). O PNS é um indicador amplamente aceito na literatura de nacionalização, sendo operacionalizado pela fórmula 1 - Gini, onde o coeficiente de Gini é utilizado para medir a homogeneidade dos votos partidários na eleição para a câmara baixa em cada um dos distritos.

Bochsler (2010a) argumenta que o PNS atribui peso igual a todos os distritos eleitorais, não sendo a melhor opção metodológica quando há diferenças significativas entre eles, como a magnitude ou o tamanho do colégio eleitoral. Nesse sentido, o autor propõe uma adaptação do PNS para atribuir pesos ponderados à votação partidária nos distritos de acordo com o número de eleitores em cada um deles - o PNSw.

Como o caso brasileiro tem 27 distritos eleitorais, com grande variância na magnitude e no número de eleitores, o uso do PNSw parece ser a opção mais adequada – e com menor risco de viés em estudo de caso, segundo os imperativos de Morgenstein et. al, 2014, p.190.

Esse indicador varia de 0 a 1, expressando valores baixos (para níveis baixos) e valores altos (para níveis altos) de nacionalização. Os dados do PNSw utilizados estão no conjunto de dados cedidos por Borges (2015) e Borges et al. (2017).

Foi utilizado o nome *PNSw* para se referir a esse indicador.

### **3.4 Nacionalização Vertical (variável independente)**

Segundo as expectativas teóricas do trabalho, um partido com alta nacionalização vertical expressará níveis mais altos de disciplina partidária nas votações legislativas. É importante destacar que a dimensão vertical do fenômeno aborda características teóricas e empíricas diferentes da dimensão horizontal – sendo que esta última é observável pela distribuição dos votos no território.

Como não é possível observar a nacionalização vertical de forma direta, o trabalho usará uma variável *proxy* da integração vertical das estratégias partidárias para mensurar nacionalização. A abordagem analítica argumenta que a estratégia partidária, observável na arena eleitoral, impacta o processo de nacionalização vertical do partido e influencia a disciplina de seus parlamentares na arena governativa.

Isso ocorre através do processo de coordenação promovido pelos partidos, inclusive entre os níveis nacional e regional da disputa. Ao final, esse processo de coordenação entre as arenas eleitorais nacional e regional impacta a integração vertical da estratégia eleitoral e, por conseguinte, a nacionalização vertical. Estratégias de *presidencialização* demandam um alto nível de integração vertical e levam a uma maior nacionalização vertical do partido. De forma inversa, estratégias de *provincialização* (ou regionalização) demandam um baixo nível de integração vertical e levam à desnacionalização vertical.

Sendo assim, a integração vertical das estratégias é um elemento correlacionado à nacionalização vertical.

Essa abordagem não desconsidera o peso dos incentivos institucionais e da própria organização partidária como fatores que impactam a nacionalização e o comportamento partidário, mas argumenta que em ambientes multiníveis, onde há incentivos incongruentes, é preciso considerar variáveis que medeiam o poder explicativo das instituições e das próprias

organizações. (CHAISTY et al., 2014, p. 5-6). Nesse sentido, o uso da estratégia partidária parece ser uma abordagem adequada, tendo em vista que ela é influenciada – mas não determinada - pelas instituições e pela forma como os partidos se organizam. (DESCHAWER, 2003; BORGES et al., 2017).

A vantagem dessa abordagem é que os incentivos do arranjo institucional, da dinâmica interna do partido e da conexão eleitoral estão tacitamente conectados no mesmo mecanismo causal (BORGES, 2015, p.657), sem impedir que os aspectos institucionais e da organização partidária possam ser analisados de forma autônoma (BORGES et al, 2017). Nessa perspectiva, a estratégia partidária e sua integração vertical deve ser considerada uma variável interveniente.

O trabalho usará o indicador de integração vertical desenvolvido por BORGES (2015, p. 670), que avalia as estratégias eleitorais dos partidos. Ele mensura, a partir das coligações eleitorais, o nível de congruência entre a estratégia do partido utilizada na eleição presidencial e a estratégia usada pelo ramo estadual do partido na eleição para o governo estadual.

A estratégia será considerada incongruente quando o ramo estadual do partido entrar na disputa estadual como adversário de uma agremiação partidária que, no plano nacional, está aliada na disputa presidencial. O índice de integração vertical será dado pelo percentual de vezes que a estratégia partidária foi incongruente, subtraindo esse valor de 100 – o resultado informará o nível de congruência da estratégia partidária. Partidos que não lançaram candidato presidencial e nem entraram em uma coligação, optando por permanecer neutros na disputa à presidência receberam valor 0 (zero) no índice. Entende-se que nestes casos a legenda ganha maior autonomia e flexibilidade para realizar alianças nos estados de acordo com as particularidades locais.

Esse indicador foi operacionalizado a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre coligações partidárias na eleição de presidente e de governadores.

Foi utilizado o nome *Congruencia* para se referir a esse indicador.

### **3.5 Disciplina Partidária (variável dependente)**

O objetivo desta variável dependente é identificar o comportamento dos partidos nas votações legislativas, mensurando o grau de disciplina da legenda através dos votos agregados de seus parlamentares em votações nominais.

O índice de Rice (1925) é o indicador mais antigo e conhecido na mensuração do comportamento partidário nas votações legislativas, sendo um instrumento útil para análises

comparadas. Esse índice mede a proporção de votos favoráveis e contrários de um partido “i” em uma votação “j”, em razão do número total de votos do partido na mesma votação ( $RICE = \frac{Sim_{ij} - Não_{ij}}{Votos_{ij}}$ ). O resultado apurado varia de 0 a 1, sendo que valores mais baixos indicam níveis baixos de unidade partidária e valores mais altos indicam um nível mais alto de unidade partidária.

Uma característica importante a ser ressaltada na utilização desse indicador é a presença de resultados dicotômicos para partidos com bancadas reduzidas. Isso ocorre nos casos em que o partido tenha até três parlamentares, situação na qual o valor do indicador será sempre 1 quando houver um único parlamentar; 0 ou 1 caso possua dois parlamentares, e; 0,33 ou 1 quando possuir três parlamentares. À medida que o tamanho da bancada partidária aumenta, o resultado do indicador passa a admitir outros resultados na escala contínua.

Essa situação gera algum nível de viés no resultado, tendo em vista que alguns partidos sempre apresentarão valores de extrema disciplina ou valores médios condicionados por uma questão metodológica, sempre próximos de uma mesma região. Para manter o foco nas votações que expressam uma maior importância na explicação das variações nos resultados, essas observações também foram analisadas separadamente.

Seguindo as orientações metodológicas presentes na literatura (CAREY, 2000; AMORIM NETO, 2000, apud FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995 e MAINWARING e PÉREZ LIÑÁN, 1997), é importante excluir as votações de menor importância, com intuito de manter a análise focada em uma variação significativa dos resultados. Em regra, votações realizadas com quórum baixo ou com resultados consensuais (ou quase consensuais) são menos relevantes para esse tipo de análise.

Nesse sentido, será aplicado o método desenvolvido por Carey (2000), já utilizado por Amorim Neto (2000), para definir um ponto de corte das votações consideradas relevantes para a análise. Será adotada a fórmula ( $Relevância = Comparecimento * Margem$ ), onde Comparecimento é o quórum de presença dos parlamentares e Margem representa o número de votos divergentes da maioria, que é calculada pela expressão  $1 - (2 * [0,5 - \%Sim])$ . Foi definido um quórum mínimo de relevância de uma votação em, no mínimo, 60% de comparecimento e; a margem mínima de relevância de uma votação é de 20% de votos divergentes da maioria – mesmos parâmetros adotados por Amorim Neto (2000).

Os dados foram cedidos pelo Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que contemplam votações nominais na Câmara dos



Deputados e no Senado Federal. A estrutura dos dados está disposta de forma longitudinal, sendo que cada observação corresponde ao voto de um parlamentar em cada uma das votações nominais. A estrutura original dos dados pode ser observada na imagem abaixo.

Figura 1 – Estrutura dos Dados de Votações Legislativas

Id_Votacao	ID	Voto	Sigla_Partid	N_TSE	Coalizao_GC	IndDisc	IndDiscGOV
1997066	2613	S	PMDB	15	-1	I	I
1997066	2610	N	PSDB	45	-1	D	D
1997066	2603	N	PMDB	15	-1	D	D
1997066	3041	S	PDT	12	0	D	I
1997066	2604	N	PFL	25	-1	D	D
1997066	2609	N	PMDB	15	-1	D	D
1997066	2606	N	PSDB	45	-1	D	D
1997066	2625	N	PPB	11	-1	D	D
1997066	2660	N	PMDB	15	-1	D	D
1997066	2674	N	PFL	25	-1	D	D
1997066	2686	N	PFL	25	-1	D	D
1997066	2685	N	PMDB	15	-1	D	D
1997066	2680	N	PSDB	45	-1	D	D
1997066	2679	S	PDT	12	0	D	I
1997066	2678	S	PT	13	0	D	I
1997066	2676	N	PTB	14	-1	D	D

Em cada votação (Id\_Votacao), há um código que identifica o ano e a matéria legislativa que foi votada, seguida da identificação do parlamentar (ID), a forma como votou, o partido a que pertence, assim como é informado se o partido pertence à coalizão governamental (Coalizao\_GOV), se o voto seguiu a disciplina partidária (IndDisc) e se seguiu a disciplina da coalizão governamental (IndDiscGOV).

A primeira etapa de reorganização dos dados consistiu em selecionar as observações referentes aos governos analisados (subcasos) e agregá-las no nível dos partidos - assim, cada observação passou a corresponder aos votos do partido em cada uma das votações nominais.

A segunda etapa consistiu na seleção das votações e dos partidos que compõem a amostra do trabalho. Isso se deu através da aplicação da fórmula e dos parâmetros de relevância estipulados, que reportaram 1356 votações nominais relevantes. Em cada uma dessas votações, foi calculada a disciplina dos partidos selecionados através do índice de Rice.

A terceira e última etapa de organização dos dados foi realizada para agregar as votações por ano, extraindo-se a média do índice de Rice do partido por ano. Portanto, ao final, os dados ficaram estruturados de forma longitudinal (TSCS), onde cada observação corresponde à disciplina partidária (Rice médio) de um partido em cada ano observado.

Foi utilizado o nome *Disciplina* para se referir a esse indicador.

### 3.6 Variáveis de Controle

Como controle, foram utilizadas variáveis que se relacionam com a arena legislativa e com as características dos atores, como ideologia dos partidos e popularidade do presidente.

No grupo da arena legislativa foram criadas três variáveis dicotômicas no âmbito das coalizões de governo para: I) diferenciar partidos que fazem parte (ou não) da coalizão; II) diferenciar se o partido integrante da coalizão fazia parte (ou não) da coalizão pré-eleitoral; III) diferenciar se o partido entrou (ou não) na coalizão após a eleição.

Espera-se que fazer parte da coalizão tenha um efeito positivo na disciplina partidária, tendo em vista que os instrumentos institucionais da arena governativa geram incentivos para uma maior colaboração do partido com o governo (CHAISTY e POWER, 2019; CHAISTY et al, 2014, AMORIM NETO e SANTOS, 2001).

A variável “Popularidade” expressa a avaliação do governo no ano analisado. Para operacionalizar esse indicador, será usada a fórmula de Rice adaptada para os dados das pesquisas de opinião ( $\text{Popularidade} = \frac{\text{Positivo}_i - \text{Negativo}_i}{\text{Respondentes}_i}$ ), onde Positivo é o percentual de menções ótimo e bom; Negativo é o percentual de menções ruim e péssimo, e; Respondentes é o percentual de pessoas de que avaliaram o governo na pesquisa. Método similar foi utilizado anteriormente por Abranches (2018).

A popularidade do governo é um elemento contextual capaz de impactar a estratégia dos partidos na dinâmica parlamentar, inclusive no que tange à formação da coalizão governo (ALTMAN, 2000). Um partido pode aproveitar um momento de crise de popularidade, por exemplo, para sair da coalizão ou barganhar a entrada nela, ou ainda pode pleitear uma posição melhor dentro do governo. Em momentos de baixa popularidade, os grupos da coalizão possuem maiores condições de manifestar suas divergências em relação ao governo, enquanto os partidos de oposição tendem a mostrar maior unidade contra o governo no seu comportamento parlamentar.

Assim, espera-se que valores mais altos de popularidade do governo estejam relacionados com valores mais altos de disciplina, especialmente dos partidos que compõem a coalizão de governo. De outro lado, quanto mais baixo for a popularidade do governo, maior será o incentivo para a indisciplina partidária nas votações legislativas.

Os resultados serão agregados por ano, de forma a se extrair a Popularidade média de cada ano – procedimento similar ao indicador de disciplina partidária. Os dados se referem à série histórica do Datafolha, que possui a série mais longa de avaliação dos governos

presidenciais com a mesma metodologia. Espera-se que as variações na popularidade do governo estejam relacionadas às variações do apoio legislativo do presidente.

A variável distância ideológica (Dist.ideo) mensura se a diversidade ideológica dos partidos brasileiros, em relação à ideologia do partido do presidente, repercute na disciplina legislativa. Gabinetes presidenciais formados por partidos ideologicamente muito diferentes tendem a ter níveis mais baixos de disciplina, enquanto uma coalizão mais homogênea tende a ter níveis mais altos (AMORIM NETO, 2000).

Um partido da coalizão com grande distância ideológica tem, teoricamente, mais dificuldade de cooperar com o governo nas votações legislativas do que um partido mais próximo. O inverso ocorre no campo da oposição. Um partido mais distante ideologicamente do partido do presidente tende a ter mais unidade em se opor à agenda do governo do que um partido ideologicamente mais próximo. (ALTMAN, 2000)

Para operacionalizar essa variável, os partidos foram classificados em uma escala que vai de 1 a 20, tomando como base as medidas extraídas da *Brazilian Legislative Survey* e do *expert survey Political Representation, Parties and Presidents* (ondas 2006, 2011, 2015 e 2019).<sup>1</sup> Em seguida, foi apurada a distância entre o valor do partido e o valor do partido do presidente.

Por fim, foi criada também a variável Mandato, que atribui valor 0,25 a cada ano de mandato presidencial transcorrido. Segundo Altman (2000), no momento inicial da formação do governo, a construção da coalizão é afetada pelos resultados conhecidos da eleição passada e pelas expectativas positivas que os partidos têm de integrar o governo. Passado esse momento inicial, e à medida que a próxima eleição se aproxima, a tendência é que os partidos ajustem suas estratégias em busca de votos, distanciando-se das posições de governo. (ALTAMN, 2000).

Assim, a colaboração dos partidos com o governo nas votações legislativas seria mais alta no momento inicial, decrescendo à medida que o tempo do mandato presidencial se aproxima do seu fim. Isto é, espera-se que a disciplina tenha um decréscimo à medida que o tempo de mandato aumente. (ALTMAN, 2000)

---

<sup>1</sup> <https://www.giga-hamburg.de/en/research-and-transfer/projects/political-representation-parties-and-presidents-survey>

### 3.7 Modelo de Regressão

A estrutura dos dados está organizada em formato longitudinal. A variável de interesse (Y) tem observações agrupadas por partido-ano, enquanto a variável preditora (X) tem observações por partido-eleição. Considerando que a eleição nacional ocorre a cada 4 anos, há um valor de X que se repete por 4 anos e um valor de Y que varia todo ano.

Isso indica que há dados correlacionados que violam o pressuposto de independência, o que inviabiliza o uso da regressão linear. O teste de Durbin-Watson confirma a presença de correlação serial positiva moderada, enquanto o teste de Breusch-Pagan mostra a presença de heterocedasticidade nos resíduos.

Para lidar com as violações que os dados longitudinais provocam na regressão linear e a heterogeneidade não observada, será usado modelo linear generalizado para dados longitudinais. Esse tipo de modelo permite estimar outras distribuições para os erros, utilizando uma função de ligação para linearizar a relação determinística entre as variáveis.

Dentre as opções existentes, o uso do *Generalized Estimating Equations* – GEE parece ser a mais adequada. Essa abordagem tem como objetivo a obtenção de efeitos médios para o conjunto das unidades de análise, diferente do modelo de efeitos mistos, que estima efeitos para cada um dos indivíduos na população estudada. Nesse sentido, os coeficientes calculados pelo modelo GEE são de mais fácil interpretação, além que este tipo de modelo é consistente com o objetivo da pesquisa de estimar efeitos médios para o conjunto dos partidos brasileiros.

O GEE oferece ferramentas estatísticas que permitem a modelagem linear, logit ou probit, podendo combinar instrumentais dos distintos modelos para interpretações determinísticas ou probabilísticas. Metodologicamente, a seleção e o ajuste da modelagem são feitos a posteriori, através da comparação dos resultados dos diferentes modelos testados.

Para auxiliar nessa tarefa, foi utilizada a estatística de quase-verossimilhança QIC e QIUc, que funcionam como indicadores de aderência dos dados ao modelo proposto. Quanto menor o valor desses testes, maior é a convergência da estrutura do modelo. Além do referencial teórico, há três aspectos fundamentais que devem ser levados em conta na construção de um modelo pelo GEE: I) o tipo de distribuição da variável de interesse; II) a matriz de covariância, e; III) a função de ligação. Quanto ao primeiro aspecto, a variável de interesse foi operacionalizada através de um indicador contínuo, com valores que expressam a média da disciplina partidária no ano, variando sempre entre 0 e 1. Sua distribuição é assimétrica e tem maior concentração de valores à direita, estando dentro dos padrões teóricos esperados.

Contudo, há observações da variável de interesse que fogem desse padrão e provocam distorções na construção do modelo. Trata-se dos valores de disciplina dos partidos muito pequenos, com até três parlamentares eleitos. Nesse caso, o valor de resultado da variável de interesse tem uma característica dicotômica, apresentando uma distribuição do tipo binomial (probabilística) para a modelagem no GEE.

Dadas as características predominantes dos dados, optou-se pela distribuição do tipo gaussiana para a construção do modelo no GEE e, conseqüentemente, pela exclusão das observações dos partidos com até três parlamentares. A exclusão dessas observações mostrou ser adequada para uma melhor convergência do modelo, podendo ser verificada também no teste de convergência QIC do modelo GEE.

No que tange ao segundo aspecto, optou-se pela matriz AR1 (autocorrelação de primeira ordem) para a covariância entre as medidas repetidas, tendo em vista que ela mostrou maior convergência no teste QIC do modelo. O GEE é bastante flexível quanto à matriz de covariância, permitindo testar matrizes distintas, inclusive uma matriz não estruturada para ajustes de dados que não se enquadrem em outras matrizes.

No que se refere ao terceiro aspecto, foi escolhida a função de ligação linear para correlacionar os valores da variável preditora e de interesse, de forma que a interpretação dos resultados será feita de maneira determinística.

Por fim, é importante ressaltar que os modelos parcimoniosos testados obtiveram maior nível de aderência aos dados. O procedimento utilizado para ajuste da modelagem consistiu na formulação de um modelo empírico básico (Disciplina ~ PNSw + Congruencia + Coalizao), acrescido gradativamente de outras variáveis de controle até se aproximar do modelo teórico ideal. Em linhas gerais, à medida que as variáveis foram acrescentadas, os valores da estatística QIC e QIUc indicaram uma menor convergência nos dados.

Apesar dessa tendência, a diferença de valores entre os modelos testados mostrou ser pequena, justificando o uso de um modelo empírico parcimonioso mais próximo possível do modelo teórico.

Os testes foram feitos a partir do pacote “geeasy” na linguagem “R”. O “geeasy” é um pacote derivado do “geeM”, efetuando o mesmo cálculo deste pacote. A diferença é que o “geeasy” permite apresentar os resultados pelo geepack (mais comumente utilizado) ou pelo geeM.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Todos os testes realizados mostraram uma relação significativa e positiva entre os indicadores de “Congruencia” e “Disciplina”, corroborando a tese de causalidade entre nacionalização e disciplina partidária presente na literatura. A análise dos dados foi feita a partir de quatro modelos, de forma a aproximar gradativamente a abordagem empírica ao modelo teórico ideal.

No modelo-1 foi analisada a convergência dos dados com as variáveis independentes e a variável “Coalizao”, que teoricamente seriam as principais variáveis explicativas da disciplina partidária. A versão parcimoniosa mostrou uma melhor convergência do modelo, quando comparado à versão mais complexa, quando é incluída a variável “Popularidade”. O indicador de “Popularidade” não mostrou significância em nenhum teste e gerou uma piora dos resultados nos testes de convergência QIC.

No modelo-2 foi explorada a presença das variáveis de controle da arena legislativa. Fora incluída a variável “Mandato”, que mede o efeito do transcurso do tempo de mandato presidencial. Em substituição à variável “Coalizao”, foram testadas as relações com a coalizão primária e a coalizão secundária, que abrangem respectivamente os partidos que formaram a aliança já nas eleições e os partidos que ingressaram na aliança posteriormente.

Para analisar o impacto de ideologia, foi aplicada a variável de distância ideológica entre o partido do presidente e os demais partidos (Dist.ideo).

Teoricamente, espera-se que o transcurso do tempo e a maior distância ideológica provoquem efeitos negativos sobre a disciplina dos partidos da coalizão, de maneira que também foi testada a interação com a variável Coalizao. Os resultados estão reportados abaixo.

Tabela 1

modelo 2-a	B	SE	p	modelo 2-b	B	SE	p
<b>(Intercept)</b>	0.81	0.05	2,66E-44 ***	<b>(Intercept)</b>	0.79	0.05	3,19E-38 ***
<b>PNSw</b>	-0.08	0.08	0.34	<b>PNSw</b>	-0.11	0.08	0.19
<b>Congruencia</b>	0.10	0.03	7,15E+09 ***	<b>Congruencia</b>	0.10	0.02	5,02E+08 ***
<b>Coalizao</b>	-0.03	0.02	0.17	<b>Coalizao</b>	0.05	0.04	0.21
<b>Mandato</b>	-0.02	0.02	0.18	<b>Mandato</b>	0.04	0.02	0.10
<b>Dist.ideo</b>	-0.00	0.00	0.33	<b>Dist.ideo</b>	0.00	0.00	0.89
				<b>Coalizao:Mandato</b>	-0.13	0.04	0.00 ***
				<b>Coalizao:Dist.ideo</b>	-0.00	0.00	0.38

Os dados indicam que a variável “Coalizao” provoca resultados mais significativos e com melhor convergência no modelo, quando comparada com os resultados das variáveis de coalizão primária e de coalizão secundária.

As interações entre Coalizao, Mandato e Dist.ideo mostraram resultados mais significativos, embora o modelo sem as interações tenha melhor convergência com os dados.

Um aspecto interessante na realização dos diversos testes é que a inclusão de variáveis de controle aumentou o poder explicativo do modelo, mas isso não alterou significativamente a relação entre Congruencia e Disciplina, exceto quando são testadas a presença da coalizão primária e da coalizão secundária – em substituição à variável “Coalizao”. Outro aspecto a ser destacado é o efeito negativo do transcurso do tempo de mandato sob a disciplina dos partidos da coalizão, reforçando os achados observados na literatura sobre esse assunto (ALTMAN, 2000).

Por fim, para checar a confiabilidade dos resultados do modelo, foram testadas outras variáveis relativas à arena eleitoral em substituição à variável preditora Congruence. Para isso, foram usadas variáveis dicotômicas que controlam a presença de candidato a presidente (Pres.cand); a entrada do partido em coligação presidencial (Pres.coal) e; a presença de coligação perdedora (Colig.per), considerada esta a coligação cujo candidato obteve mais de 10% dos votos válidos da eleição presidencial. Em termos teóricos, a eleição presidencial pode ter forte relação com a nacionalização partidária em sistemas multiníveis, especialmente se a eleição nacional for realizada de forma simultânea para todos os cargos.

Os dados indicam que a presença da variável “Congruencia” gera níveis melhores de convergência no modelo, além de ter mais significância para explicar a variação dos dados de disciplina partidária. Na ausência dessa variável preditora, apenas Pres.coal reporta alguma relação com os resultados da variável dependente, embora o nível de significância seja menor.

Tomando o modelo teórico inicial como paradigma, é possível dizer que a variável “Congruencia” manteve um papel relevante em todos os modelos testados na análise empírica, reportando sinais coerentes com o que seria esperado. A variável “Coalizao” reportou significância na interação com o transcurso do tempo de mandato, apresentando sinal negativo conforme era esperado.

Os modelos testados confirmam a hipótese principal deste trabalho, permitindo afirmar que partidos com níveis mais altos de nacionalização vertical são mais disciplinados, enquanto partidos com níveis mais baixos de nacionalização vertical são menos disciplinados (H2). A

relação direta entre a variável independente “Congruencia” e a variável dependente “Disciplina” assumiu valor positivo e significativo, de forma que a disciplina partidária aumentou à medida que a nacionalização vertical também aumentou.

Esses resultados colocam a competição eleitoral como um dos fatores explicativos do comportamento partidário na arena legislativa, o que se alinha às discussões teóricas mobilizadas na pesquisa. É claro que diversos fatores podem impactar a disciplina partidária, mas é possível afirmar que os padrões de nacionalização partidária oriundos da disputa eleitoral também é um deles.

Sendo assim, boa parte da discussão dos resultados recai sobre os elementos da arena eleitoral que impactam o comportamento legislativo.

#### **4.1 Nacionalização Vertical e Disciplina: revisitando o mecanismo causal**

Os achados deste trabalho permitem discutir alguns aspectos da relação causal entre nacionalização vertical e disciplina partidária. Ao que tudo indica, isso passa por uma rediscussão do mecanismo teórico proposto por Cox (1999), tendo em vista que os resultados se alinham ao debate da literatura sobre o papel da integração vertical para a nacionalização partidária.

Ainda que insuficiente, a teoria de Cox (1999) sobre os vínculos partidários (*party linkage*) é um ponto de partida necessário para aprofundar essa discussão a partir de um mecanismo de integração vertical. É importante ressaltar que o trabalho do autor analisou os efeitos da coordenação eleitoral sobre o tamanho e a inflação entre os sistemas partidários nacional e subnacional, de maneira que a discussão teórica sobre os efeitos da competição eleitoral no comportamento legislativo apareceu apenas de forma pontual e tangencial.

Ela parte de dois pressupostos básicos: I) em qualquer sistema eleitoral, sempre haverá mais potenciais competidores do que vagas em jogo, pelo que, as regras que determinam como os votos são transformados em cadeiras geram fortes incentivos sobre os competidores, sejam eles pessoas, grupos ou partidos; II) os agentes reagem a esses estímulos coordenando suas estratégias de entrada na eleição para obter o maior nível de eficiência nesse jogo, o que se traduziria no maior número vagas ou mandatos conquistados.

Isso implicar dizer que os determinantes da arena eleitoral sobre o sistema partidário decorrem de uma espécie de interação entre os incentivos institucionais e a agência estratégica, que o autor classifica como um “problema de coordenação”. Esses determinantes, isto é, os



problemas de coordenação induzem integração vertical, que repercute na criação de vínculos partidários, que ao final, gera disciplina partidária.

De forma esquemática, pode se dizer que o mecanismo tem a seguinte sequência lógica (regras eleitorais => agência estratégica => problema de coordenação => integração vertical => vínculos partidários => disciplina). Considerando os resultados observados, seria importante abordar os três elementos que aparecem mais fortemente na relação entre nacionalização e disciplina – agência estratégica, integração vertical e vínculos partidários.

#### ***4.1.1 A relevância da agência estratégica***

O primeiro aspecto que chama atenção nessa teoria não é apenas a inclusão da agência como um elemento a ser considerado, mas a função interveniente que ela desempenha em face das regras eleitorais. Sob esse prisma, as instituições eleitorais geram fortes incentivos, mas não determinam o comportamento dos competidores, que possuem um espaço de ação importante para mediar esses incentivos.

Os achados desta pesquisa reforçam a validade desse argumento, notadamente quando se analisa a variável que mede a congruência da agência dos partidos na arena eleitoral e sua relação causal com a disciplina partidária. Os dados da variável “Congruencia” mostram que, apesar da estabilidade do arranjo institucional no período analisado, os resultados de nacionalização vertical variaram bastante entre os partidos e dentro deles, sugerindo que a agência partidária teve um papel relevante nos padrões de nacionalização observados.

Considerando as legendas que obtiveram valores de Congruência acima do valor mediano de 0,667 (a escala varia de 0 a 1), é possível identificar que 14 dos 20 partidos da amostra, de diferentes tamanhos e espectros ideológicos, figuraram na metade mais alta dos níveis de nacionalização em pelo menos alguma eleição. Dos maiores partidos, o PT ficou nessa faixa em todas as 6 eleições, o PSDB e o PMDB(MDB) em 4 disputas eleitorais e o PFL(DEM) em 2 duas oportunidades. Alguns partidos, como PP e PPS, apareceram nessa condição em apenas uma das eleições.

Quando se analisa a proporção de parlamentares eleitos pelos partidos mais nacionalizados, que figuraram acima do valor mediano de Congruencia, a proporção de parlamentares eleitos pelos partidos mais nacionalizados seria de 31% em 1994; 79% em 1998; 70% em 2002; 32% em 2006; 74% em 2010 e; 54% em 2014. Ou seja, há um número relevante de parlamentares que foram eleitos por partidos mais nacionalizados e que, por conseguinte,

tenderam a ter um comportamento partidário mais disciplinado - ainda que haja um número significativo de parlamentares eleitos em padrões menos nacionalizados.

Essa característica fica mais evidente na comparação entre duas eleições com incentivos institucionais idênticos, ocasiões em que vigorou a regra da verticalização das coligações eleitorais e os partidos foram constrangidos a manter a congruência de suas alianças nos diversos distritos. Em 2002, aproximadamente metade das legendas entrou na disputa presidencial (com candidato próprio ou em coligação), e 70% dos parlamentares que foram eleitos pertenciam aos partidos mais nacionalizados. Em 2006, um terço das agremiações entrou na eleição presidencial e apenas 32% dos deputados que entraram na legislatura subsequente pertenciam aos partidos mais nacionalizados.

Vê-se que o mesmo conjunto de regras eleitorais proporcionou resultados muito diferentes, reforçando o argumento trazido por Cox (1999) sobre a relevância da agência e o papel interveniente que ela cumpre na interação com os incentivos eleitorais. No caso brasileiro, a regra eleitoral da verticalização acabou piorando o processo de coordenação eleitoral (BORGES e LLOYD, 2016, p.109; LIMONGI e CORTEZ, 2010) e, não raro, os partidos estabeleceram alianças informais dentro do distrito estadual, deixando de lançar candidatura ao governo ou ao Senado, para manter o padrão de apoios recíprocos entre os cargos majoritários.

A grande variabilidade dos padrões também pode ser observada dentro dos partidos. Na amostra analisada, apenas o PT e o PCdoB mantiveram um alto nível de nacionalização vertical e disciplina partidária ao longo do período, enquanto os demais partidos, posicionados acima da linha mediana do indicador de nacionalização, apresentaram maior variação no comportamento. Salvo algumas exceções, os agentes partidários modularam suas estratégias de acordo com o contexto local ou nacional da disputa eleitoral.

Isso permite dizer que, em sistemas onde as instituições eleitorais possibilitam variadas formas de se organizar os problemas de coordenação, os partidos são estimulados a usar diferentes estratégias para obter bons resultados (DESCHOUWER, 2003; BORGES, 2015), podendo não haver um padrão estável de nacionalização ou de localismo no comportamento de cada um deles. Nacionalizar ou regionalizar a disputa são opções presentes no tabuleiro eleitoral, podendo ser usadas de acordo com o cenário e o contexto de cada eleição.

Os resultados observados são condizentes com a visão da literatura sobre a fraca institucionalização do sistema partidário, os impactos de incentivos incongruentes das instituições eleitorais e o baixo nível agregado de nacionalização do caso brasileiro.

Ainda assim, é possível observar uma relação causal estatisticamente significativa entre os padrões de nacionalização e a disciplina dos partidos. Ou seja, mesmo no caso brasileiro, onde se espera que a relação entre nacionalização e disciplina partidária encontre condições relativamente desfavoráveis, é possível observar essa conexão.

De forma geral, pode se dizer que os partidos que entram na disputa presidencial, especialmente se contarem com candidatura própria, tendem a ser mais disciplinados na arena legislativa à medida que suas alianças nos diversos distritos eleitorais sejam congruentes com sua estratégia nacional. Há um efeito importante da agência dos competidores, notadamente na eleição presidencial, sobre a integração vertical dos partidos.

Esses achados levam a uma inevitável discussão sobre as características dessa integração vertical, tendo em vista que os impactos do mecanismo de coordenação eleitoral não se dão apenas entre os membros de um partido; eles atingem também os membros de diferentes partidos que se aliam na disputa presidencial.

#### ***4.1.2 A integração vertical no caso brasileiro***

Para Cox (1999), há três níveis distintos em que os problemas de coordenação são processados de alguma maneira pelos agentes – dentro do distrito eleitoral, entre os distritos e na entrada dos legisladores eleitos na assembleia nacional. (COX, 1999).

Dentro do distrito eleitoral, os agentes coordenam suas ações para limitar a entrada de competidores na disputa ou para limitar a dispersão dos votos, aumentando as chances de vitória das candidaturas nomeadas pelo partido. No caso brasileiro, as características fragmentárias e descentralizadas do sistema eleitoral são observadas nesse nível, notadamente porque há forte autonomia federativa para os ramos estaduais do partido definirem a estratégia de entrada na eleição simultânea ao legislativo nacional e aos cargos estaduais.

Um segundo nível de coordenação é realizado entre os distritos eleitorais, momento em que se agregam vínculos entre os partidários e a estrutura central do partido. No caso brasileiro, esse nível seria influenciado pelos incentivos da eleição presidencial, especialmente pela perspectiva que os competidores teriam de vencer e controlar o governo central (COX, 1999).

No terceiro nível, quando se inicia a nova legislatura, há uma outra rodada de agregação de vínculos entre os legisladores e a estrutura central do partido, que ocorre à medida que é preciso coordenar a disputa de espaços nas estruturas do legislativo e do executivo. No

caso brasileiro, isso se dá fundamentalmente pelo controle de cargos e recursos em ministérios e suas entidades vinculadas, mas também pelo controle de postos de comando da Casa legislativa, das comissões parlamentares ou do processo orçamentário.

Apesar da abordagem de Cox (1999) se concentrar no mecanismo de coordenação eleitoral dentro do distrito, como forma de entender os vínculos partidários entre os distritos, todo o processo de coordenação pode ser observado de maneira integrada, na estrutura de um jogo aninhado (TSEBELIS, 1998), onde cada partido pode utilizar sua estratégia de entrada em um nível da disputa como meio para obter um melhor resultado em outro nível.

Em verdade, o jogo aninhado da eleição brasileira estimula uma variedade considerável de arranjos nas estratégias de entrada, tendo em vista que há diversos incentivos para se barganhar o apoio recíproco entre partidos de diferentes tamanhos, matizes ideológicos e presença territorial, fazendo com que o processo de coordenação na eleição majoritária persiga coligações numerosas ou com grandes partidos, mesmo que isso implique em maior distância ideológica, ou na formação de alianças com legendas adversárias em outro território de disputa.

Dentre outros motivos, isso ocorre porque a entrada de um partido em uma coligação resulta no aumento do tempo de propaganda no rádio e na televisão, um recurso competitivo limitado e muito valorizado na campanha a presidente, governador e senador. O partido que entra na coligação, por outro lado, pode barganhar o apoio recíproco para outro cargo, dentro ou fora do mesmo território, inclusive para melhorar suas chances na eleição proporcional do legislativo nacional.

Logicamente, esse processo de formação de coligações pode ser facilitado por identidades programáticas ou proximidade ideológica, mas também ocorre por razões competitivas mais pragmáticas da disputa eleitoral. Sendo assim, o processo de integração vertical na eleição presidencial abrange não apenas os membros de uma legenda ou partidos do mesmo campo ideológico; ele atinge também outros partidos e seus partidários.

É preciso ressaltar que a eleição a presidente e governador prevê um segundo turno de votação se o primeiro colocado não obtiver a maioria absoluta dos votos válidos. Nesse caso, é comum que as duas candidaturas finalistas disputem o apoio e o engajamento dos perdedores, em uma rodada sucessiva de coordenação eleitoral.

Portanto, no Brasil, onde as eleições nacionais e subnacionais ocorrem ao mesmo tempo, é possível dizer que os problemas de coordenação do primeiro e segundo nível estão totalmente integrados em um jogo aninhado, simultâneo, com incentivos institucionais

incongruentes e permissivo a um conjunto grande de estratégias eleitorais. Os partidos possuem diversas opções para nacionalizar ou regionalizar suas estratégias de entrada, podendo se reposicionar estrategicamente em um eventual segundo turno.

Essa interpretação é compatível com os resultados observados nesta pesquisa, tendo em vista que partidos com baixa integração vertical, isto é, partidos que privilegiaram a coordenação feita pelos seus ramos estaduais dentro dos distritos eleitorais, onde os interesses locais e os incentivos fragmentários e descentralizados são mais presentes, tenderam a apresentar menores níveis de disciplina partidária na arena legislativa. Do outro lado, partidos com alta integração vertical, que optaram por coordenar verticalmente suas campanhas estaduais com uma candidatura presidencial, criando vínculos com a estrutura partidária central, tenderam a expressar maiores níveis de disciplina.

Um aspecto interessante nesse cenário é que os problemas de coordenação gerados na disputa pelo controle do governo central parecem ser essenciais para a integração vertical, a agregação de vínculos partidários e a nacionalização dos partidos. Os resultados mais expressivos da pesquisa indicam que legendas que lançam candidatura própria a presidente e que conseguem obter um alto nível de integração vertical com seus palanques estaduais, reportam efeitos muito maiores sobre a disciplina partidária.

Ainda que em um patamar menor, algo similar ocorre com as legendas que integram a coligação presidencial e alcançam um alto nível de integração vertical com os distritos estaduais. Seja por razões de identidade programática, seja por razões pragmáticas de competição, o fato é que a integração vertical dos ramos estaduais do partido coligado com a campanha presidencial também produz maiores níveis de nacionalização e de disciplina partidária.

Isso permite dizer que a perspectiva de controlar e de participar do governo central é um fator de alta relevância na construção de padrões mais centralizados no comportamento partidário, mesmo em ambientes em que há forte descentralização das regras eleitorais e das instituições políticas. Lançar candidatura ou aderir a uma candidatura presidencial parece ser uma estratégia interessante para resolver os problemas de coordenação da arena eleitoral, especialmente se o partido busca um padrão nacionalizado de comportamento.

Naturalmente isso se relaciona com o último aspecto do mecanismo de integração vertical, tendo em vista que na teoria de Cox (1999) há um terceiro nível dos problemas de coordenação, quando se inicia a legislatura e os agentes disputam espaço nas estruturas do

executivo e do legislativo. Ao que tudo indica, essa terceira fase pode ser interpretada como uma rodada sucessiva do jogo aninhado da arena eleitoral, tendo em vista que ela deriva fundamentalmente das alianças e dos esforços que foram feitos no processo de coordenação anterior, seja na perspectiva da disputa nacional, seja na perspectiva regional.

Sendo assim, o *trade-off* do jogo na arena eleitoral reflete diretamente nessa última etapa de coordenação, tanto para os agentes que buscam participar do governo, quanto para aqueles que se posicionarão na oposição. Ainda que essa fase possa ter características centrípetas (COX, 1999), é provável ela acabe por reforçar os padrões de integração vertical e de agregação de vínculos partidários vindos da etapa anterior, tendo em vista que os efeitos gerados na arena eleitoral estão temporalmente muito próximos dessa rodada.

Os partidos com alto nível de integração vertical tenderiam a manter padrões mais centralizados de comportamento na disputa de cargos, enquanto partidos com baixo nível de integração vertical tenderiam a manter padrões mais descentralizados. É possível que o perfil de cargos e estruturas perseguidos por partidos com distintos níveis de nacionalização sejam diferentes, alinhando-se ao perfil das estratégias eleitorais que eles empregaram na competição.

Os testes realizados com as variáveis da arena legislativa, que se relacionam com o processo de formação de governo, não reportaram resultados significativos sobre a disciplina partidária. Fazer parte da coalizão de governo, seja no grupo dos partidos que integraram a coligação eleitoral (coalizão primária), seja no grupo que entrou na aliança governamental após as eleições (coalizão secundária), não gerou efeitos significativos sobre a disciplina partidária. Esses resultados vão de encontro às expectativas, tendo em vista que nenhum efeito foi reportado. Eles também não permitem avançar sobre uma discussão mais profunda, já que os indicadores utilizados não mediram outros aspectos dessa relação causal, como o perfil dos cargos e demais instrumentos do gabinete ministerial ou o nível de recompensa obtido pelo partido no governo. Isto é, os resultados encontrados podem não refletir o impacto do processo de formação do governo na disciplina partidária.

#### ***4.1.3 A natureza dos vínculos partidários***

Por que políticos que buscam uma cadeira legislativa acham útil formar alianças e competirem sob um mesmo rótulo partidário, quando a preferência inicial seria realizar campanhas individuais e separadas? Até que ponto continuarão a fazer? (COX, 1997, p.186). Ainda que a abordagem teórica do autor concentre seu olhar nos padrões agregados da

organização partidária, há uma reflexão subjacente que se refere à criação de vínculos partidários no nível individual que são projetados para a arena legislativa.

Ao teorizar sobre o *party linkage*, Cox sugere que esses vínculos se formam tanto entre os indivíduos, quanto entre eles e a estrutura local do partido. À medida que os problemas de coordenação escalam de nível, esses vínculos individuais e organizativos também se verticalizam. (COX, 1997 e 1999). De certa forma, o problema de coordenação - que impulsiona a integração vertical - representa a própria essência da criação dos vínculos partidários descritos pelo autor, tendo em vista que eles derivam da necessidade que os agentes têm de estabelecer alianças minimamente coordenadas para enfrentar os desafios da competição política.

Em termos de resultado, isso gera não apenas o ganho de eficiência para os políticos, que estabelecem uma rede interdistrital de vínculos individuais, mas também provoca a centralização de poder dentro das estruturas centrais do partido (COX, 1997, p.202). O autor chama atenção para a importância de existir uma organização central que seja capaz de fazer o intercâmbio de interesses e vínculos interdistritais entre os agentes (COX, 1997, p.199-200)

Em sentido semelhante, Caramani (2004) pondera que a agência partidária tem um papel importante na formatação de organizações e instituições políticas, de maneira que a dimensão vertical do processo de nacionalização partidária também implica na centralização dos padrões de organização, no deslocamento vertical dos vínculos de lealdade e na nacionalização dos temas que dominam o debate político (CARAMARNI, 2004, p.32).

Portanto, além de provocar padrões mais centrais de organização partidária, o processo de integração vertical também resulta na construção de relações de lealdade entre os partidários, bem como entre eles e a estrutura central do partido. É importante considerar que a lealdade partidária pode derivar tanto de razões ideológicas, quanto por vínculos gerados no trabalho coordenado de equipe, e apesar da construção inicial dessas lealdades ocorrer antes mesmo da eleição de um legislador para o parlamento, os incentivos centralizadores da arena eleitoral podem aumentar a capacidade do partido de fortalecer esses vínculos. (HAZAM, 2003, p.5-6).

Dadas as características do caso brasileiro, e os resultados observados na interação das variáveis eleitorais, é possível dizer que a eleição presidencial é um fator de incentivo à verticalização dos vínculos organizacionais e das lealdades entre os membros de um partido, alcançando também as legendas que compõem a coligação, com consequências diretas sobre a disciplina dessas legendas. Em sentido semelhante, Jones (2010) argumenta que a influência do

presidente sobre os legisladores provavelmente será maior quando o efeito *coattial* da disputa presidencial for relevante para a eleição desses parlamentares (JONES, 2010, p.29-30).

Sendo assim, os efeitos do mecanismo causal proposto por Cox (1999) levariam ao deslocamento vertical desses vínculos e lealdades, o que provocaria maior centralização de poder nas estruturas nacionais do partido e criaria maior unidade entre seus membros, possibilitando que o comportamento do partido nacionalizado na arena legislativa possa ser mais disciplinado.

A questão que surge dentro dessa discussão é sobre as características desses vínculos e lealdades no caso brasileiro, considerando que: I) a coordenação eleitoral feita a partir da disputa presidencial tem efeito sobre os padrões de nacionalização e disciplina dos partidos que compõem a coligação; II) a formação da coligação eleitoral envolve razões programáticas e pragmáticas, abrangendo partidos com relativa distância ideológica; III) ideologia não mostrou ser uma variável explicativa nos padrões de disciplina partidária.

Os dados mostram que há um efeito importante da integração e da nacionalização vertical sobre a disciplina partidária, mas não mostram qualquer relação com o fator ideológico. Os valores do intercepto para “Dist.ideo” ficaram próximos de zero em todos os testes realizados.

Isso sugere que no caso brasileiro há um processo de criação de vínculos e de lealdades, especialmente na coordenação da eleição presidencial, com efeitos sobre o comportamento dos partidos nas votações legislativas, mas ideologia não é um fator que possa ser relacionado a isso. Importante destacar que a clivagem ideológica é uma variável importante na institucionalização dos sistemas partidários, sendo, inclusive, o fator que explica o processo de nacionalização partidária na parte ocidental do continente europeu.

É claro que os resultados deste trabalho podem estar influenciados por uma má especificação do modelo ou por razões metodológicas não observadas na pesquisa. Também é preciso ressaltar que o modelo linear generalizado faz a estimação dos efeitos médios da população estudada, e não o efeito individual sobre cada legenda, de maneira que a interpretação deve privilegiar o agregado do sistema partidário.

Ainda assim, nenhum efeito significativo foi encontrado, o que vai de encontro às expectativas iniciais. No período analisado, os dois partidos nacionais, que competiram pelo controle do governo central, acabaram organizando a competição eleitoral em dois grandes blocos de alianças partidárias em âmbito federal, com algum nível de similaridade nos estados.



(LIMONGI e CORTEZ, 2010). Nesse cenário, era esperado que o fator ideológico tivesse algum peso dentro dos valores agregados do sistema partidário.

O processo de integração vertical pressupõe que o programa do partido e o comportamento de seus eleitores estejam conectados entre os níveis da disputa, de forma que um partido com altos níveis de nacionalização vertical tende a concorrer em todos os territórios com uma mesma linha programática, visando o mesmo perfil de eleitores. (BORGES, 2015; BORGES e LLOYD, 2016).

Dada a relevância da eleição presidencial, é possível interpretar que algo similar ocorresse no âmbito dos partidos da coligação. Assim, a plataforma apresentada pela candidatura presidencial funcionaria como um programa comum dos partidos que formam a aliança nacional, servindo também como linha programática no processo de integração vertical das legendas que verticalizaram suas estratégias eleitorais.

Os resultados observados, no entanto, não subsidiam essa interpretação. É possível que ideologia explique os padrões de comportamento de alguns partidos, mas não tem força para explicar os padrões do sistema partidário.

Dentre outras hipóteses alternativas, há de considerar o fator “pragmático” como variável explicativa. No caso brasileiro, onde as regras eleitorais incentivam a formação de alianças partidárias com razoável distância ideológica e distintos níveis de congruência vertical, é possível imaginar que as alianças mais congruentes, mais integradas e de maior duração se formem entre partidos com maior identidade ideológica. Mas não se pode descartar a hipótese de que algo semelhante ocorra entre legendas de matizes ideológicos distantes, principalmente se isso gerar resultados ganha-ganha nas estratégias partidárias.

Na ausência de custos institucionais ou contextuais maiores, a complementariedade entre as estratégias de diferentes partidos é um incentivo natural para que as legendas formem alianças pragmáticas onde cada um possa obter os avanços eleitorais desejados. A perspectiva de controlar o governo central é fator essencial nessa equação, tendo em vista que a continuidade dessa relação pragmática na arena legislativa é ainda mais dependente dos instrumentos de governo e de ganhos futuros na competição política e eleitoral.

Nesse caso, é possível imaginar que os vínculos e as lealdades construídas entre eles derivem do trabalho conjunto para obter o melhor resultado. Caso isso resulte em um jogo ganha-ganha, os partidos poderiam formar vínculos e lealdades fundados nessa relação

pragmática, gerando incentivos para a cooperação e coordenação futura na arena legislativa e na próxima competição eleitoral.

Em grande medida, esse raciocínio não difere dos argumentos de Cox (1999) sobre os determinantes do problema de coordenação eleitoral; ele apenas amplia o alcance do mecanismo para abarcar situações em que a aliança entre os competidores se dá entre agentes com maior distância ideológica.

Para o autor, o nível de informação que os competidores possuem sobre suas chances, bem como sobre quem sairá vitorioso na disputa eleitoral, é um fator determinante para se realizar a coordenação eleitoral (COX, 1999, p.149-151). A partir disso, os competidores ajustam sua estratégia de entrada na eleição e formam as alianças necessárias para limitar a entrada de outros competidores ou para limitar a dispersão dos votos. Todos os exemplos explorados no trabalho de Cox (1999) abordam agentes do mesmo campo ideológico, sem considerar que esse processo também possa ocorrer com competidores de distintos matizes ideológicos.

#### **4.2 Nacionalização Horizontal: em busca do elo perdido**

Os esforços mais evidentes da literatura sobre nacionalização foram direcionados para conceituar e dimensionar o fenômeno a partir da homogeneidade horizontal do voto nos diversos distritos em relação ao padrão nacional (SCHAKEL, 2013, p. 213; CALVO e LEIRAS, 2012, p.4; JONES e MAINWARING, 2003; MORGENSTEM et al., 2009).

De certa forma, as expectativas teóricas sobre os efeitos da nacionalização no comportamento legislativo foram formuladas sobre essa dimensão horizontal. Amorim Neto e Santos (2000), ao analisar a disciplina dos partidos no presidencialismo de coalizão, argumenta que a homogeneidade eleitoral de um partido deve aumentar a disciplina partidária, enquanto a heterogeneidade deve diminuí-la. No entanto, os autores ressaltam que só seria possível testar convenientemente essa hipótese quando houvesse um indicador mais refinado para detectar os efeitos desse tipo de variável. (AMORIM NETO E SANTOS, 2001).

Após o trabalho dos autores, Jones e Mainwaring (2003) propuseram um indicador que é amplamente aceito para medir o nível de nacionalização horizontal entre os diversos países e continentes. Ele é uma adaptação do índice de Gini e tem sido usada para mensurar valores desiguais de votação no território a partir dispersão ou concentração de votos. O debate metodológico que se seguiu na literatura confluiu para que o uso desse indicador fosse

ponderado de acordo com o tamanho dos colégios eleitorais – o que foi devidamente observado nesta pesquisa.

Sendo assim, era esperado encontrar alguma relação entre nacionalização horizontal e disciplina partidária (H1 deste trabalho), tendo em vista que foram utilizados dois indicadores amplamente aceitos na literatura para estimar a relação causal entre essas duas variáveis.

Contudo, a análise dos dados não confirmou a hipótese. Além dos resultados não reportarem significância estatística, o valor da variável nacionalização horizontal (PNSw) apresentou sinal negativo para disciplina partidária na maioria dos testes realizados. Ou seja, quanto maior o nível de nacionalização horizontal, menor seria a disciplina do partido – situação que não é compatível com as expectativas e os fundamentos teóricos mobilizados na literatura.

Em grande medida, esses resultados estão alinhados a uma parte da literatura, também mobilizada neste trabalho, que chama atenção para o papel da disputa regional nos padrões de nacionalização, especialmente nos casos em que há características autônomas do nível subnacional em relação à eleição nacional.

Os níveis de nacionalização horizontal podem ser resultantes de um estímulo nacional único, mas também podem derivar de estímulos locais coincidentes produzidos pelos ramos regionais de um partido (CLAGGET et. al., 1984). Isso ocorre porque em sistemas onde há diversos níveis de governo, os partidos podem lançar mão de estratégias eleitorais variadas, inclusive de perfil regional, para alcançar bons resultados nacionais. (BORGES, 2015). Isto é, estratégias *provincializadas* executadas em todos os estados podem gerar padrões de votação semelhantes a uma estratégia de *presidencialização* da disputa eleitoral.

Nesse cenário, é possível que dois partidos com padrões semelhantes de nacionalização horizontal possam expressar níveis diferentes de nacionalização vertical. A consequência disso é que haverá diferentes padrões de integração vertical, de vínculos partidários e, ao final, de disciplina na arena legislativa.

Na amostra do caso brasileiro, isso pode ser observado, por exemplo, na comparação entre os padrões de nacionalização e disciplina do PCdoB e do PR(PL) – partidos que apresentaram estratégias competitivas diferentes na maior parte do tempo, sendo o primeiro de perfil mais nacional e o segundo mais regional.

De 1995 a 2002, esses partidos apresentaram níveis semelhantes de nacionalização horizontal, mas reportaram graus diferentes de nacionalização vertical e, respectivamente, de

disciplina partidária, indicando que o comportamento parlamentar estaria mais intimamente relacionado com a dimensão vertical da nacionalização.

No período entre 2003 e 2006, os padrões de disciplina desses dois partidos tornaram-se semelhantes, coincidindo com um nível similar de nacionalização vertical e horizontal entre eles. No restante do período analisado, o comportamento do PCdoB manteve-se similar ao padrão anterior, mas o padrão observado no PR(PL) se tornou mais inconstante, apresentado grande variabilidade nos indicadores de nacionalização vertical e de disciplina, mas pouca variação no nível de nacionalização horizontal.

Uma característica interessante nessa comparação é que os dois partidos mantiveram um nível próximo de nacionalização horizontal ao longo de todo o período analisado. A diferença observada entre eles ocorreu na dimensão vertical da nacionalização e na disciplina partidária.

Ao avaliar o caso argentino, Calvo e Leiras (2012) ponderam que a nacionalização horizontal nem sempre produz nacionalização do comportamento no legislativo, tendo em vista que a homogeneidade eleitoral do partido pode ser alcançada por uma organização programática - orientada por preferências comuns do eleitorado em diversos distritos - ou por uma organização pragmática, que concorre pelo voto de diferentes perfis de eleitores em muitos distritos. (CALVO e LEIRAS, 2012).

Em sistemas multiníveis, onde a esfera regional cumpre um papel importante no cenário político, a dimensão horizontal da nacionalização partidária pode não ser a melhor abordagem para se analisar os impactos do fenômeno no comportamento dos partidos. Esse argumento pode ser válido não apenas para países da região latino-americana, onde a política local tem um peso importante na competição entre os partidos, mas também pode ser aplicável em outros territórios onde haja características similares.

Logicamente, isso não invalida os avanços teóricos e metodológicos da literatura que investiga a dimensão horizontal da nacionalização horizontal, e tampouco questiona o uso do indicador desenvolvido por Jones e Mainwaring (2003) para se comparar os níveis de nacionalização entre os diversos casos. Além de ser o principal indicador para análises comparadas, o PNSw também é um instrumento útil para se avaliar casos em que a disputa nacional e subnacional não provoca padrões diferentes de integração vertical.

Mas os achados desta pesquisa permitem questionar a insuficiência desses elementos teóricos e metodológicos quando se analisa casos em que a descentralização do sistema

partidário e a dimensão vertical do fenômeno sejam importantes para a sua compreensão, tendo em vista que não fora observado nenhuma relação entre os indicadores de nacionalização horizontal e disciplina partidária no caso concreto.

A existência de duas dimensões da nacionalização impõe que os elementos desses dois níveis sejam considerados na compreensão do fenômeno, seja de maneira independente, seja através de algum elo que possa interligá-los. Isso abre novas possibilidades ou agendas de investigação para se aprofundar o conhecimento sobre a nacionalização partidária, podendo repercutir no surgimento de um indicador universal mais adequado para captar essas nuances do fenômeno, ou ainda na criação de outros indicadores que se complementem.

Apesar do PNSw ser o indicador universal mais refinado para se fazer análises comparadas, tudo indica que ele não consegue captar as realidades de sistemas partidários descentralizados em que o nível subnacional cumpre um papel importante na disputa eleitoral, especialmente quando isso se projeta para a arena parlamentar. Clerici (2020), ao analisar o caso argentino, demonstra que a descentralização do sistema partidário tem efeitos significativos na territorialização do comportamento parlamentar.

Por outro lado, ainda que a investigação da integração vertical nas estratégias de competição eleitoral possa ser uma abordagem útil para novos avanços teóricos e metodológicos, especialmente no que tange à relação com o comportamento legislativo dos partidos, há a necessidade de se analisar outros casos sob essa perspectiva da nacionalização vertical – o que demandaria novas incursões teóricas e metodológicas de como fazer, notadamente em países não federados, onde as fronteiras institucionais entre o nível nacional e regional da disputa eleitoral sejam menos evidentes.

Em suma, pode se dizer a fronteira de pesquisa que a nacionalização vertical oferece pode ser importante para que novos avanços científicos ocorram na compreensão do fenômeno – aspecto que dialoga fortemente com a literatura sobre coalizões presidenciais na região

É importante destacar que a literatura sobre coalizões presidenciais na região latino-americana tem alertado para a necessidade de se considerar a dimensão vertical no comportamento partidário.

Os esforços iniciais dessa literatura também foram predominantemente focados nas relações entre o presidente e os partidos em nível horizontal, com pouco espaço explicativo para as relações e os padrões verticais. Mas alguns estudos têm chamado atenção para se compreender a condição vertical como uma peça importante do quebra-cabeça da dinâmica

coalicional (ALBALA e RENIU, 2018, p. 2). A análise de fatores subnacionais (e a interação com os fatores nacionais) no comportamento das coalizões partidárias também é um desafio a ser explorado na literatura de coalizões (WINTER et. al, 2002).

Ao que parece, há uma expectativa de que a investigação da dimensão vertical na dinâmica de funcionamento do sistema político e partidário possa ajudar a compreender melhor o comportamento dos atores na arena legislativa – o que é perfeitamente aplicável à literatura da nacionalização partidária.

### **4.3 O fator temporal**

O último elemento interessante nos resultados da pesquisa foi o impacto do fator temporal no comportamento dos partidos na arena legislativa. A interação entre as variáveis “Coalizao” e “Mandato” reportou algum nível de significância nos testes realizados, com sinal e valores de intercepto coerentes com o que seria esperado.

Isto é, o transcurso do tempo de mandato gerou efeitos negativos para os partidos da coalizão governamental, de maneira que quanto mais próximo do fim do mandato – e da realização de novas eleições -, menos disciplinado se tornou o comportamento do partido nas votações legislativas.

Esses achados são compatíveis com a teoria de Altman (2000) sobre a formação e a sobrevivência de coalizões presidenciais. O autor entende que os partidos e os líderes partidários estão envolvidos em vários jogos e seguem diferentes estratégias, sendo que os três modelos de preferência partidária (voto, cargo e política) são relevantes, embora alguns sejam mais importantes do que outros em alguns momentos. No início da coalizão eles estariam mais interessados em cargos e políticas, mudando sua preferência para a maximização dos votos à medida que a próxima eleição se aproxima (ALTMAN, 2000, p.263-264).

Sendo assim, haveria dois jogos sobrepostos (ou aninhados) acontecendo simultaneamente na barganha parlamentar da coalizão de governo. A barganha na formação da coalizão se dá a partir do resultado conhecido da eleição passada, mas depois disso, a barganha parlamentar é operada com base no resultado (ainda desconhecido) da próxima eleição. À medida que o tempo passa, a segunda ganha mais relevância do que a primeira. (ALTMAN, 2000, p.264).

O decréscimo na disciplina partidária, e eventualmente a saída da coalizão governamental, estaria relacionado à necessidade de se desvincular da imagem do governo ou

(do presidente) para potencializar a estratégia partidária na próxima eleição. Mesmo com o uso da caixa de ferramentas do presidencialismo de coalizão, os incentivos provocados nos partidos pelo transcurso do tempo de mandato geram efeitos significativos no comportamento partidário.

O autor também levantou a hipótese dessa situação estar correlacionada com a popularidade do presidente, mas isso não se confirmou nos resultados desta pesquisa. Todos os testes realizados com a variável “Popularidade” reportaram ausência de significância estatística e menor convergência do modelo aos dados, de forma que essa variável não contribuiu para explicar a variação da disciplina.

Outro dado interessante da pesquisa pode dizer algo a respeito do tamanho do efeito provocado da eleição passada na disciplina partidária. A matriz de covariância (AR1) utilizada na estrutura do modelo de regressão pressupõe que os valores de disciplina partidária estão correlacionados mais fortemente no primeiro e segundo ano da legislatura, e menos correlacionados nos anos seguintes. Como essa matriz mostrou melhor aderência aos dados no teste de convergência do modelo, é possível dizer que os efeitos da nacionalização partidária teriam maior peso na primeira metade do que na segunda metade do mandato.

Ainda que isso não permita uma interpretação conclusiva, essa peculiaridade dos dados da pesquisa reforça o argumento de Altman (2000) sobre a existência e a dinâmica de um jogo aninhado no comportamento partidário. No primeiro e segundo ano de mandato, a disciplina partidária estaria mais correlacionada com os padrões de nacionalização vertical observados na disputa eleitoral passada, enquanto nos dois anos seguintes haveria um efeito maior da proximidade das novas eleições.

De qualquer maneira, esses achados são coerentes com o argumento defendido neste trabalho sobre a importância da estratégia competitiva dos partidos. Ela se reflete nos padrões de nacionalização partidária, com consequências diretas sobre a disciplina dos seus congressistas na arena parlamentar. Essa mesma estratégia vai influenciar o comportamento do partido na entrada da assembleia, quando ele decide integrar (ou não) a coalizão governamental. À medida que a próxima eleição se aproxima, o partido vai modular sua estratégia para o novo desafio competitivo – e assim sucessivamente.

## CONCLUSÃO

A literatura especializada tem feito importantes avanços para compreender os fatores e as variáveis que determinam ou influenciam o processo de nacionalização partidária nas suas diferentes dimensões. Esse fenômeno inclui uma dimensão horizontal, que se relaciona com a homogeneidade dos votos obtidos pelo partido nos diversos distritos eleitorais, assim como inclui uma dimensão vertical, que se refere ao nível de congruência entre o sistema partidário nacional e regional.

Dentro desse cenário, este trabalho oferece uma abordagem diferente à medida que analisa o fenômeno da nacionalização partidária, em suas dimensões horizontal e vertical, como uma variável independente capaz de gerar efeitos sobre a disciplina legislativa das bancadas partidárias.

A investigação foi realizada através da análise do caso brasileiro, que é representativo do objeto estudado. O Brasil é um caso típico de presidencialismo da região latino-americana, sendo frequentemente estudado nas literaturas de nacionalização partidária e de comportamento legislativo. Uma das características interessantes do sistema político brasileiro é a presença de incentivos institucionais incongruentes sobre o comportamento dos partidos, especialmente aqueles advindos da arena eleitoral, que propiciam uma grande variedade de estratégias partidárias na competição eleitoral e, conseqüentemente, na atuação legislativa.

O multipartidarismo, a fraca nacionalização do sistema partidário e a variabilidade nos padrões de disciplina legislativa colocariam o caso brasileiro sob uma condição desfavorável para se observar a causalidade entre nacionalização e disciplina, tendo em vista que os baixos níveis de institucionalização partidária tornam menos provável encontrar esses efeitos sistêmicos no comportamento dos partidos. Ainda assim, foi possível identificar uma relação estatisticamente significativa entre nacionalização e disciplina.

Os achados permitem confirmar a hipótese presente na literatura e afirmar que o nível de nacionalização de um partido gera efeitos positivos na disciplina partidária, de maneira que, quanto maior o grau de nacionalização, maior é a disciplina de seus parlamentares. Esses achados também permitem dizer que, em sistemas multiníveis, onde a esfera regional da política é relevante na disputa partidária nacional, a dimensão vertical do fenômeno está intimamente ligada com os padrões de nacionalização e de disciplina partidária na relação de causalidade.



De maneira mais concreta, os resultados reportados nessa pesquisa dizem que a dimensão vertical da nacionalização partidária foi capaz de explicar a variação nos dados de disciplina dos partidos brasileiros.

Isso pode ser explicado a partir da teoria dos vínculos partidários de Cox (1999), que trata do processo de coordenação eleitoral que os partidos executam a partir dos incentivos provocados pelas regras eleitorais. Os partidos desenvolvem estratégias partidárias que demandam algum nível de coordenação dos agentes dentro do distrito eleitoral, entre os distritos e mesmo após a eleição, quando se dá o processo de formação do governo eleito. Esse processo resulta na criação de vínculos partidários que se relacionam com a própria organização do partido, propiciando condições para uma maior ou menor unidade de ação entre os integrantes da agremiação.

A adoção de uma estratégia nacional, em que o partido integra e orienta seus ramos regionais a partir de uma candidatura ou de um programa nacional comum, resulta em uma maior integração vertical da organização partidária (RIBEIRO e FABRE, 2020), assim como resulta na criação de vínculos e lealdades de seus integrantes com a estrutura central do partido. Quanto mais congruência houver entre a agência estratégica nacional e regional do partido, mais força haverá na integração vertical e na criação de vínculos partidários. Por consequência, o partido tenderá a produzir maior unidade de ação de seus integrantes, inclusive no momento pós-eleitoral, tanto no processo de formação das coalizões de governo ou de oposição, quanto nas votações legislativas.

De forma inversa, a adoção de uma estratégia regional, na qual cada ramo estadual tem autonomia para definir suas ações de entrada na competição eleitoral, ou ainda, nos casos em que a estrutura central do partido não consegue promover a integração vertical com seus ramos estaduais de forma congruente, há uma menor integração vertical do partido e uma fraqueza maior entre os vínculos dos partidários com a estrutura central do partido. Isso resulta em condições mais desfavoráveis para a unidade partidária e menor disciplina legislativa.

No caso brasileiro, a integração vertical produzida pelos partidos a partir da eleição presidencial mostrou ser um elemento importante para compreender os padrões de nacionalização vertical e disciplina partidária. Os partidos que participaram da eleição ao governo central, com candidato próprio ou na coligação, e alcançaram um alto nível de integração vertical, também apresentaram níveis mais altos de disciplina partidária. Essa constatação reforça os argumentos da literatura sobre a importância dessa eleição no processo

de nacionalização partidária, especialmente quando ela ocorre de forma simultânea com os outros cargos. (BORGES, 2015; COX, 1999)

Outro achado importante da pesquisa diz respeito à outra dimensão do fenômeno. Os resultados reportados mostram que a dimensão horizontal da nacionalização não foi capaz de explicar a variação nos dados de disciplina partidária do caso brasileiro.

A literatura tem alertado que os níveis de nacionalização partidária horizontal nem sempre geram a nacionalização do comportamento legislativo, já que esses padrões horizontais podem ser obtidos tanto por uma organização partidária nacional, integrada verticalmente em todos os distritos, como por um conjunto relativamente autônomo de ramos partidário regionais que buscam o voto de diferentes perfis eleitorais (CALVO e LEIRAS, 2012; CLAGGET et. al., 1984). Assim, em sistemas como o brasileiro, onde há incentivos institucionais incongruentes e níveis diferentes de governo, os partidos conseguem obter bons resultados nacionais a partir de uma estratégia regional direcionada a cada distrito eleitoral (BORGES, 2015)

Essa situação gera altos níveis de nacionalização horizontal para um partido que desenvolve uma estratégia eleitoral e um comportamento legislativo tipicamente regional. Os dados da pesquisa indicam que partidos com níveis similares de nacionalização horizontal apresentaram comportamentos legislativos diferentes. Nesse caso, os níveis de disciplina partidária estavam mais relacionados aos diferentes padrões de nacionalização vertical que eles apresentavam, o que corrobora os argumentos da literatura sobre esse assunto.

Portanto, a dimensão vertical da nacionalização partidária é um aspecto essencial para se compreender o comportamento partidário e legislativo em sistemas semelhantes ao caso brasileiro, onde a esfera regional da disputa política tem relevância no cenário de competição política e eleitoral. Isso é especialmente relevante quando se considera que aspectos importantes da política se interligam nesse tema, como os custos e a relação do executivo com sua base parlamentar, a escolha de políticas públicas e a dinâmica de funcionamento do próprio sistema político.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação. *Lua Nova*, São Paulo, nº 33, 1994, p. 165-183.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. A Nova Política dos Governadores. *Lua Nova*, São Paulo, nº 40/41, 1997, p. 137-166.
- ALBALA, Adrián. Presidencialismo y coaliciones de gobierno en América Latina: Un análisis del papel de las instituciones. *Revista de ciencia política (Santiago)*, v. 36, n. 2, p. 459-479, 2016.
- ALBALA, Adrián; RENIU, Josep Maria. *Introduction*. In: *The missing piece: introducing the 4<sup>th</sup> generation of coalition theories - coalition politics and federalism*. Springer, 2018.
- ALTMAN, David. The politics of coalition formation and survival in multiparty presidential democracies: The case of Uruguay, 1989-1999. *Party politics*, v. 6, n. 3, p. 259-283, 2000.
- AMES, Barry. *Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1987
- AMES, Barry. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor, The University of Michigan Press. 2003
- AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, 43, p.479-517, 2000.
- AMORIM NETO, Octavio. The presidential calculus: Executive policy making and cabinet formation in the Americas. *Comparative Political Studies*, v. 39, n. 4, p. 415-440, 2006.
- AMORIM NETO, Octavio; COX, Garry; MCCUBBINS, Mathew. Agenda Power in Brazil's Câmara Dos Deputados, 1989-98. *World Politics*, 55(4), 550-578. 2003.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. *Dados*, vol.44, n.2. 2001
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.
- BARTELS, Brandon. Beyond 'Fixed versus Random Effects': A Framework for Improving Substantive and Statistical Analysis of Panel, TSCS, and Multilevel Data. In R. J. Franzese (Ed.), *Quantitative Research in Political Science*: Sage. 2015
- BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 18, n. 35, 2010.

BORGES, André. Eleições presidenciais, federalismo e política social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 28, nº 81, p. 117-136, 2013.

BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *Dados* 58 (3):239-274. 2015.

BORGES, André; ALBALA, Adrian; BURTNIK, Lucia. Pathways to nationalization in multilevel presidential systems: Accounting for party strategies in Brazil and Argentina. *Publius: The Journal of Federalism*, v. 47, n. 4, p. 648-672, 2017.

BORGES, André; LOYD, Ryan. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: Comparative lessons from Brazil. *Electoral Studies* 43:104-114. 2016.

BORGES, André; TURGEON, Mathieu. Presidential coattails in coalitional presidentialism. *Party Politics*, v. 25, n. 2, p. 192-202, 2019.

BOCHSLER, Daniel. Measuring party nationalization: A new Gini-based indicator that corrects for the number of units. *Electoral studies*, v. 29, n. 1, p. 155-168, 2010a.

BOCHSLER, Daniel. The nationalization of post-communist party systems. Routledge, p. 807-827, 2010b.

BUDGE, Ian; LAVER, Michael. Office seeking and policy pursuit in coalition theory. *Legislative Studies Quarterly*, p. 485-506. 1986.

CALVO, Ernesto; LEIRAS, Marcelo. The Nationalization of Legislative Collaboration: Territory, Partisanship, and Policymaking in Argentina. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, vol. 2, nº 1, pp. 2-19. 2012.

CARAMANI, Daniele. The nationalization of politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

CAREY, John M. Party unity in legislative voting. In: Ponencia presentada en American Political Science Associations Conference, Washington. 2000. p. 1-32.

CAREY, John M.; REINHARDT, Gina Yannitell. State-level institutional effects on legislative coalition unity in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 23-47, 2004.

CAREY, John M. Competing principals, political institutions, and party unity in legislative voting. *American Journal of Political Science*, v. 51, n. 1, p. 92-107, 2007.

CARROLL, Royce A. The Electoral Origins of Governing Coalitions. *Department of Political Science, UCSD, Ph.D. Diss.* UC San Diego. 2007.

CHASQUETTI, Daniel. *Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina: evaluando la difícil combinación*. Buenos Aires: clasco, 2001.

CHASQUETTI, Daniel. La supervivencia de las coaliciones presidenciales de gobierno en América Latina. *Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político*, n. 11, p. 163-192, 2006.

CHAISTY, Paul; CHEESEMAN, Nic; POWER, Timothy. Rethinking the presidentialism debate: conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. *Democratization*, v. 21, n. 1, p. 72-94, 2014.

CHAISTY, Paul; POWER, Timothy J. Flying solo: Explaining single-party cabinets under minority presidentialism. *European Journal of Political Research* 58: 163-183. 2019.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian M. Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. *British Journal of political science*, v. 34, n. 4, p. 565-587, 2004.

CHEIBUB, José Antonio. *Presidentialism, parliamentarism, and democracy*. Cambridge University Press, 2007.

CLAGGETT, William; FLANIGAN, William; ZINGALE, Nancy. Nationalization of the American Electorate. *The American Political Science Review* 78, no. 1, p.77-91. 1984.

CLARK, Tom S; LINZER, Drew A. "Should I use fixed or random effects?". *Political Science Research and Methods*, 3(2), p. 399-408. 2015.

CLERICI, Paula. Legislative Territorialization: The Impact of a Decentralized Party System on Individual Legislative Behavior in Argentina. *Publius: The Journal of Federalism*. 2020.

CLOSE, Caroline; GHERGHINA, Sergiu. Introduction: Towards a better understanding of parliamentary unity. *Parliamentary Affairs*, v. 72, n. 2, p. 379-386, 2019.

CONCEIÇÃO, Bruno. Nacionalização partidária: contribuições de uma nova agenda de pesquisa sobre partidos. *BIB*, São Paulo, n. 90, 2019 (publicada em setembro de 2019), pp. 1-18.

COX, Gary. Putting the constituencies together. In *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems (Political Economy of Institutions and Decisions*, pp. 181-202). Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

COX, Gary. Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annual Review of Political Science*, vol. 2, pp. 145-161. 1999.

DESCHOUWER, Kris. Political parties in multi-layered systems. *European Urban and Regional Studies* 10: 213-226. 2003.

DESPOSATO, Scott W. Comparing group and subgroup cohesion scores: A nonparametric method with an application to Brazil. *Political Analysis*, v. 11, n. 3, p. 275-288, 2003.

DESPOSATO, Scott W. Correcting for small group inflation of roll-call cohesion scores. *British Journal of Political Science*, v. 35, n. 4, p. 731-744, 2005.

FIGUEIREDO, Angelina. e LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: FGV. 2a ed. 2001.

FIGUEIREDO, Angelina C.; CANELLO, Julio; VIEIRA Marcelo. Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: determinantes institucionais e políticos. *Dados: Revista de Ciências Sociais* 55: 839-875. 2012

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; DA GUIA ROSA, Gabriela Rodrigues; DE PÁDUA RODRIGUES, Leandro. Coalizões governamentais na democracia brasileira. Primeiros estudos, n. 3, p. 159-196, 2012.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. p. 303-348.

GERRING, John. What is a case study and what it is good for? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341-354. 2004.

HAZAN, Reuven Y. Introduction: Does cohesion equal discipline? towards a conceptual delineation. *The Journal of Legislative Studies*, v. 9, n. 4, p. 1-11, 2003.

IZUMI, Mauricio Yoshida. Governo e Oposição no Senado Brasileiro (1989-2010). *Dados*. vol.59, n.1, pp.91-138. 2016.

JONES, Mark. Beyond the electoral connection: the effect of political parties on the policymaking process. In: C. Scartascini, E. Stein e E. Tommasi (eds.), *How democracy works: institutions, actors, and arenas in Latin American policymaking*. Washington D.C., Inter-American Development Bank/David Rockefeller Center for Latin American Studies, pp. 19-46. 2010.

JONES, Mark; MAINWARING, Scott. The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. *Party Politics*, vol. 9, nº 2, pp. 139-166. 2003,

KAWATO, S. Nationalization and Partisan Realignment in Congressional Elections. *The American Political Science Review*, 81(4), p.1235–1250. 1987

KING, Gary; KEOHANE, Robert & VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press. 1994.

LEITE, Leonardo; TRENTO, Saulo. Análise de votações nominais do legislativo brasileiro utilizando componentes principais. *Leviathan (São Paulo)*, (12), 120-163. 2018.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 81-106, 1998.

- LIMONGI, F. Estudos Legislativos. In Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Ciência Política. Renato Lessa e Carlos Benedito Martins (coord). São Paulo. ANPOCS. pag 163-190. 2010.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 88, pp. 21-37. 2010.
- MACHADO, José Angelo. Federalismo, poder de veto e coordenação de políticas sociais no Brasil pós-1988. *Organizações e Sociedade*, Salvador, vol. 21, n. 69, p. 335-350, 2014.
- MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. Os artigos federalistas. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MAINWARING, Scott. Presidentialism in Latin America. *Latin American Research Review*, v. 25, n. 1, p. 157-179, 1990.
- MAINWARING, Scott. Presidentialism, Multipartyism, and Democracy: The Difficult Combination. *Comparative Political Studies*. 1993; 26(2):198-228.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *Building democratic institutions: Party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press. 1995.
- MAINWARING, Scott; LIÑÁN, Aníbal Pérez. Party discipline in the Brazilian constitutional congress. *Legislative studies quarterly*, p. 453-483, 1997.
- MOENIUS, Johannes; KASUYA, Yuko. Measuring party linkage across districts: some party system inflation indices and their properties. *Party Politics* 10.5, p.543-564. 2004.
- MONTERO, Alfredo; SAMUELS, David. Decentralization and democracy in Latin America. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen M; CASTAGNOLA, Andrea. Party Nationalization and Institutions. *The Journal of Politics*, vol. 71, nº4, pp. 1322-1341. 2009.
- MORGENSTERN, Scott; POLGA-HECIMOVICH, John; SIAVELIS, Peter M. Seven imperatives for improving the measurement of party nationalization with evidence from Chile. *Electoral studies*, v. 33, p. 186-199, 2014.
- MÜLLER, Wolfgang C.; STRØM, Kaare. *Coalition governance in Western Europe: an introduction*. Coalition Governments in Western Europe 1.1. 2000
- NEGRETTO, Gabriel L. Minority presidents and democratic performance in Latin America. *Latin American Politics and Society* 48: 63-92. 2006.
- NICOLAU, Jairo. Partidos na nova república de 1946: velhas teses, novos dados. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 85 a 129.

OLSON, David M. Conclusion: Does cohesion equal discipline? towards a conceptual delineation. *The Journal of Legislative Studies*, v. 9, n. 4, p. 164-178, 2003.

OWENS, John E. Part 1: Cohesion: Explaining party cohesion and discipline in democratic legislatures: Purposiveness and contexts. *The Journal of Legislative Studies*, v. 9, n. 4, p. 12-40, 2003.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. *Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil*. Dados, vol.46, n.4, pp.735-771. 2003.

PEREIRA, Carlos; POWER, Timoty; RENNÓ, Lucio. Under what conditions do presidents resort to decree power? Theory and evidence from the brazilian case. *Journal of Politics*, v. 67, n. 1, 2005.

RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. *Political Research Quarterly* 64: 323-334. 2011

RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fatima (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, v., p. 259-271.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.6 Brasília July. /Dec. 2011

RIBEIRO, Pedro Floriano; BORGES, André. The populist challenge: Multi-level electoral coordination in Brazil's 2018 elections. *Regional & Federal Studies*, v.30, n.3, p.363-386, 2020.

RIBEIRO, Pedro Floriano; FABRE, Elodie. Multilevel party organizations in a fragmented presidential system: The case of Brazil. *Regional & Federal Studies*, v.30, n.4, p.525-555, 2020.

RICE, Stuart A. The behavior of legislative groups: a method of measurement. *Political Science Quarterly*, v. 40, n. 1, p. 60-72, 1925.

SAMUELS, David. *Ambition, federalism e legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais* 42, 1, p. 111-138. 1999.

SCHAKEL, Arjan H. Nationalisation of Multilevel Party Systems: A Conceptual and Empirical Analysis. *European Journal of Political Research*, vol. 52, nº 2, pp. 212-236. 2013.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. New York: Holt, Rinehart, and Winston. 1960.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. *Regimen de partidos*. Madrid: Tecnos. 1964.



SHUGART, Matthew; CAREY, John M. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, UK, Cambridge University Press. 1992

SILVA, Adriano da Nobrega. *Medidas provisórias: delegação legislativa e lógica partidária na Câmara dos Deputados (1988 a 2010)*. 2015. xix, 264 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

STOKES, Donald E. Spatial models of party competition. *American political science review*, v. 57, n. 2, p. 368-377, 1963.

STOKES, Donald E. A variance components model of political effects. *Mathematical applications in political science*, v. 1, n. 1, p. 61-85, 1965.

STROM, Kaare. *Minority Government and Majority Rule*. Cambridge, Cambridge University Press. 1990.

TAFNER, Paulo. *Proporcionalidades e exclusão no sistema político-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.

VASSELAI, Fabrício. *Nationalization and localism in electoral systems and party systems*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WINTER, Lieven; ANDEWEG, Rudy B.; DUMONT, Patrick. *The state of the art in coalition research: critical appraisals and alternative avenues*. In: Paper for the workshop «Government Formation: a theoretically informed inductive approach» directed by L. De Winter and RB Andeweg during the Joint Sessions of the European Consortium for Political Research, Torino. 2002.